



# DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE JUNHO DE 2000

Presidente: Ex.º Sr. Narana Sinai Coissoró

Secretários: Ex.ºs Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Manuel Alves de Oliveira  
António João Rodeia Machado

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 10 minutos

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e da resposta a alguns outros

O Sr Deputado Correia de Jesus (PSD) teceu considerações acerca do papel da autonomia regional e enunciou uma série de medidas que entende serem necessárias para o aperfeiçoamento da autonomia da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a não subordinação da legislação regional aos princípios gerais da República, tendo respondido a pedidos de esclarecimento do Sr Deputado José António Cardoso (PS)

A Sr.º Deputada Isabel Sena Lino (PS) deu conta à Câmara da realização da VI Sessão Parlamentar «A Escola e a Assembleia», que considerou constituir um salutar exemplo de comunicação entre o Parlamento e as escolas portuguesas

A Sr.º Deputada Isabel Barata (PS) salientou a acção do Governo de incentivo da consolidação das autonomias regionais, nomeadamente no que diz respeito a acções de salvaguarda do património ambiental da Região Autónoma dos Açores

**Ordem do dia.** — Procedeu-se a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei nº 172/VIII — Criação dos institutos regionais (PCP) e 89/VIII — Democratização das comissões de coordenação regional (PSD), que foram rejeitados, após se ter verificado um empate em duas votações sucessivas, conforme o artigo 107º do Regimento Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados João Amaral (PCP), José

Junqueiro (PS), João Moura de Sá (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Rui Rio (PSD), Francisco de Assis, Casimiro Ramos, Jose Penedos e Bruno Almeida (PS), Álvaro Amaro (PSD) e Jose Miguel Medeiros (PS)

Na generalidade, foi rejeitado o projecto de lei nº 191/VIII — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado (PSD) e foi aprovado o projecto de lei nº 211/VIII — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado (CDS-PP)

Também na generalidade, foram rejeitados os projectos de lei nº 140/VIII — Alteração a Lei da Nacionalidade (PSD) e 157/VIII — Garante a gratuidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória (PCP)

A proposta de lei nº 27/VIII — Altera a composição e competências da Comissão Nacional de Eleições, revogando a Lei nº 71/78, de 27 de Dezembro, foi rejeitada, na generalidade, após se ter verificado um empate em duas votações sucessivas, conforme o artigo 107º do Regimento

Em votação final global, foi aprovado o texto resultante da votação na especialidade relativo a proposta de lei nº 29/VIII — Suspender a eficácia do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação

Foi ainda aprovado o projecto de resolução nº 58/VIII — A Escola e a Assembleia (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE)

Mereceram ainda aprovação três pareceres da Comissão de Ética autorizando um Deputado do PS e dois do PSD a deporem em tribunal

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 20 minutos

*O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Srs. Deputados. Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão*

*Eram 15 horas e 10 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António José Santinho Pacheco  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 António Rui Esteves Solheiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luis  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Barbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José António Teixeira Cardoso  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto

José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luisa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria Luisa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vitor Manuel Alves Peixoto  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Alvaro dos Santos Amaro  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António D'Orey Capucho  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domungos Duarte Lima  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara

Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maças  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaud Duarte  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Gutierrez Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho

Basilio Adolfo de Mendonça Horta da França  
 Fernando Alves Moreno  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Terceira de Melo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

**O Sr Presidente** (Narana Coissoró) — Srs Deputados, o Sr Secretário vai dar conta dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa

**O Sr Secretário** (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, nas últimas reuniões plenárias foram apresentados à Mesa os requerimentos seguintes

No dia 31 de Maio — ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Jovita Ladeira, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado Santinho Pacheco, aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Economia e das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Arménio Santos, aos Ministérios da Economia e do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Bruno Vitorino, aos Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Cultura, formulados pelo Sr Deputado Carlos Martins, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr. Deputado José António Silva, à Administração dos Portos do Douro e Leixões, S A , formulados pelo Sr. Deputado José Eduardo Martins, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Economia e do Trabalho e da Solidariedade, formulados pelo Sr Deputado Luis Pedro Pimentel, aos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social, formulados pelo Sr. Deputado Machado Rodrigues; aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e do Equipamento Social, formulados pelo Sr. Deputado António Filipe, ao Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, formulado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Amaral; ao Ministério da Economia e à Secretaria de Estado das Pescas, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo, aos Ministérios da Educação e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado Vicente Merendas, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Fernando Moreno e Herculano Gonçalves, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado João Rebelo, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Secretaria

de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, formulados pelo Sr Deputado Francisco Louçã, a diversos ministérios, ao Presidente do Instituto de Formação Profissional e à Direcção-Geral de Florestas e às Câmaras Municipais de Cascais e Sintra, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda, à Câmara Municipal do Montijo, formulado pelo Sr Deputado Rosado Fernandes

No dia 1 de Junho — a diversos ministérios, formulados pelo Sr Deputado Carlos Luís, ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Manuel Moreira, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Miguel Miranda Relvas; ao Ministério do Equipamento Social e ao Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho — IDICT, formulados pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr Deputado Paulo Portas, aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Educação e à Santa Casa da Misericórdia da sub-região de Santarém, formulado pelo Sr Deputado Herculano Gonçalves, ao Ministério da Educação, formulado pela Srª Deputada Natália Filipe, aos Ministérios da Saúde e da Economia, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda

No dia 2 de Junho — aos Ministérios da Educação, formulados pelos Srs Deputados Paulo Fonseca e Heloísa Apolónia, a diversos ministérios, formulados pelo Sr Deputado Mário Albuquerque, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr Deputado João Maçãs; à Secretaria de Estado do Desporto, formulado pelo Sr Deputado Pedro Duarte, ao Governo Civil de Viana do Castelo, formulado pelo Sr Deputado Fernando Moreno, aos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, formulados pela Srª Deputada Luisa Mesquita, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr Deputado Rodeia Machado

Por sua vez, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs Deputados

Nos dias 5 e 7 de Junho — Bernardino Soares, na sessão de 17 de Novembro, João Rebelo, Luís Fazenda e Manuela Aguiar, no dia 23 de Novembro e nas sessões de 29 de Março, 6 e 26 de Abril, Francisco Torres, no dia 9 de Fevereiro, David Justino, no dia 24 de Fevereiro, Lino de Carvalho e António Nazaré Pereira, nos dias 10 e 14 de Março, João Amaral, na sessão de 15 de Março, Luisa Mesquita, na sessão de 16 de Março, Paulo Portas, no dia 20 de Março, Carlos Luís, na sessão de 30 de Março, Rosado Fernandes, nas sessões de 5 de Abril e 10 de Maio, Sónia Fertuzinhos, na sessão de 12 de Abril, Eugénio Marinho, na sessão de 13 de Abril, Ricardo Castanheira, no dia 19 de Abril, Vicente Merendas, no dia 2 de Maio, Francisco Louçã, na sessão de 11 de Maio

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para uma intervenção de interesse político relevante, tem a palavra o Sr Deputado Correia de Jesus

**O Sr Correia de Jesus (PSD)** — Sr Presidente, Srªs e Srs Deputados Dentro de dias far-se-á neste Plenário do Parlamento nacional o discurso sobre o estado da Nação Esse discurso ficaria amputado de um dos elementos estruturais da Nação portuguesa se não introduzisse, aqui

e agora, o discurso sobre o estado da autonomia constitucional

Para o fazer, gostaria de colocar-me numa perspectiva suprapartidária, apenas centrado na consideração do que, em termos nacionais, é e deve ser a autonomia regional

Francisco Sá Carneiro teve, desde muito cedo, a percepção de que a autonomia das ilhas atlânticas não era uma simples questão regional, circunscrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, mas sim uma questão de âmbito nacional E em 27 de Julho de 1980, quando da sua memorável visita, como Primeiro-Ministro, à Região Autónoma da Madeira, vincou que «a autonomia regional é uma aquisição definitiva do Estado português» E lapidarmente acrescentou «a autonomia é hoje, não um objectivo do Estado, mas um elemento do Estado O Estado português é assim, hoje, um Estado regional»

Mas, Srªs e Srs Deputados, não é possível compreender a autonomia sem atentar na sua história, na idiossincrasia do povo madeirense, na sua estrutura axiológica

O reputado historiador madeirense Alberto Vieira escreveu recentemente que uma região sem História dificilmente poderá fazer valer as legítimas aspirações autonómicas e que conhecer e valorizar a História regional é uma atitude necessária ao nascimento e fortalecimento da autonomia

A História da autonomia da Madeira mostra-nos que o sentimento de autogoverno é ancestral e nasceu à chegada dos primeiros povoadores

A mesma História permite-nos ainda verificar que a autonomia e o debate político institucional andaram sempre de braço dado com os problemas financeiros E aquilo que o passado histórico ilustra é que, ao longo de cinco séculos, os madeirenses deram todo o esforço de trabalho e riqueza para a valorização do espaço nacional.

Sobre a idiossincrasia do povo é fundamental ter presente que, como escreveu um poeta insular, os madeirenses constroem o futuro à beira do abismo e põem de pé cidades inteiras no estrangeiro Apesar da sua inquestionável portugalidade, na Madeira há especificidades geográficas, económicas, sociais e culturais, que a Constituição assumiu como fundamento da própria autonomia

Sr Presidente, Srªs e Srs Deputados, há certos valores e princípios estruturantes daquilo a que poderíamos chamar a cultura autonómica

A autonomia é, antes de mais, um elemento caracterizador do nosso Estado democrático, elemento de tal forma essencial que não há autonomia sem democracia, do mesmo modo que se a autonomia desaparecer ou forposta em perigo é o próprio regime democrático que se descaracteriza e falece

Outro aspecto importante a reter é que as regiões autónomas são pessoas colectivas de base institucional O conceito que releva é o de região-povo e não o de região-território, o que é imposto pelo facto de fora do arquipélago da Madeira viver o triplo da população residente

De facto, as comunidades madeirenses espalhadas pelo mundo são um elemento essencial da caracterização jurídico-institucional da Região Autónoma da Madeira

Outro ponto a salientar é o direito de participação das regiões autónomas no exercício do poder político soberano As regiões autónomas têm iniciativa legislativa, poder

legislativo e poder regulamentar próprios, participam na definição e execução das políticas que lhes dizem respeito, bem como na negociação de tratados e acordos internacionais e têm o direito de ser ouvidas e o direito de pronúncia

Quanto ao poder legislativo próprio, permitem-me lembrar-lhes que, assim como não há Estado sem direito, também não pode haver região autónoma sem ordem jurídica regional. E isto pela simples razão de que o exercício da autonomia faz-se, principalmente, através da produção normativa e as normas assim produzidas são o conteúdo da ordem jurídica regional.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, apesar da lição da História, da idiossincrasia própria do povo madeirense e do quadro axiológico que acabo de referir, o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da autonomia constitucional tem sido lento e difícil. A desigualdade de armas e uma questão cultural profunda têm impedido que, nas sucessivas revisões constitucionais, os avanços sejam mais significativos, sobretudo em relação à questão-chave do poder legislativo autonómico. Na verdade, a conformidade com as leis gerais da República ou com os princípios fundamentais das leis gerais da República — o que vem a dar no mesmo —, tem-se revelado um sério entrave ao aprofundamento da autonomia.

A Assembleia da República, quando investida de poderes constituintes, mantém o limite à produção legislativa regional e quando é solicitada a legislar no âmbito da iniciativa legislativa dos parlamentos regionais não agenda os respectivos diplomas. Isto é, a Assembleia da República não legisla, nem deixa legislar.

O Sr António Capucho (PSD). — Muito bem!

**O Orador:** — Esta situação de estrangulamento do poder legislativo autonómico é agravada pela jurisprudência do Tribunal Constitucional. Quem leia desapaixonadamente os acórdãos do Tribunal Constitucional sobre questões respeitantes às regiões autónomas não pode deixar de constatar que nas decisões dos juizes pesaram — e pesam —, fundamentalmente, os princípios da unidade do Estado e do interesse nacional, em clara secundarização da descentralização política e do interesse regional.

Este quadro vem impedindo que se cumpra esse requisito essencial do Estado autónomo que é a existência de uma ordem jurídica regional, não só do ponto de vista formal mas, sobretudo, do ponto de vista substancial.

O não reconhecimento de que a Região Autónoma da Madeira é uma pessoa colectiva de base institucional, uma região-povo, também explica que ainda não se tenha legislado sobre a criação de círculos eleitorais para os não residentes no arquipélago da Madeira, privando-se, assim, os madeirenses residentes fora da Região de participarem na vida política autonómica.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estou convencido que existe no espírito de todos os responsáveis políticos a nível nacional uma franca predisposição para debater e resolver as questões que respeitam à autonomia regional. Todos sabemos que constitui um erro grave tentar equacionar e resolver essas questões a partir do Continente, extrinsecamente, sem a preocupação de perspectivar a

realidade, tomando como ponto de partida o ambiente e os condicionalismos específicos das regiões autónomas, o pensar e o sentir dos seus povos.

Devemos considerar salutar a dialéctica que necessariamente existe entre os poderes autonómicos e o poder central.

Alguma coisa tem de mudar nas nossas cabeças, de modo a encararmos com naturalidade, sem receios nem anátemas, aquilo que são as aspirações legítimas dos povos insulares no quadro da Nação portuguesa. Trata-se, no fundo, de substituir a atitude centralista por uma cultura de descentralização e autonomia.

É neste quadro que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vos dizemos claramente que a Madeira quer mais poder legislativo e mais competências a nível executivo; que a Madeira não quer ter um representante da soberania, porque somos uma terra portuguesa como qualquer outra. A Constituição deverá elencar taxativamente as competências dos órgãos de soberania, de acordo com o que é o seu núcleo essencial, e tudo o mais será da competência dos órgãos de governo próprio.

Quanto ao cargo de Ministro da República, advogamos a sua extinção, embora não nos repugne aceitar que exista qualquer intermediação entre o poder central e o poder autonómico, mas com um estatuto diferente do actual.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

**O Orador:** — Queremos a regionalização dos serviços de justiça e da administração fiscal, para transmutarmos a estes dois sectores a mesma qualidade e eficiência que já alcançámos para os demais sectores da administração autónoma.

Queremos que o Governo da República continue a empenhar-se, no quadro das instituições comunitárias, por uma rápida definição do estatuto das regiões ultraperiféricas e por uma defesa intransigente do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Queremos, ainda, que o Governo da República não abandone à sorte do mercado as ligações aéreas entre Lisboa e Funchal e entre Portugal e aqueles países onde se encontram as mais importantes comunidades madeirenses, como é o caso da Venezuela e da África do Sul, e que assuma esse transporte com carácter de serviço público essencial.

Queremos ainda que na revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas sejam tidas em conta as propostas de alteração apresentadas pelos órgãos de governo próprio.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O povo madeirense tem feito, até hoje, uma clara opção por Portugal e pela Europa.

Na próxima revisão constitucional apresentaremos aqui as nossas propostas no respeito dos princípios e valores que enunciiei e de acordo com os legítimos anseios do povo madeirense. Continuaremos a pugnar, dia-a-dia, pela defesa dos seus direitos e interesses.

Acreditamos no patriotismo, na lucidez e na visão estratégica dos responsáveis a nível nacional. Estamos certos que eles quererão contribuir para que o povo madeirense mantenha a sua opção portuguesa e europeia, defendendo, assim, a unidade do Estado e a coesão nacional.

*Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José António Cardoso.

O Sr José António Cardoso (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Correia de Jesus, quero, antes de mais, referir que nos revemos, quase em absoluto, na totalidade da sua intervenção. No entanto, desejamos deixar aqui uma outra visão do processo, colocando algumas questões.

Começarei por dizer que compreendemos o esforço que V. Ex.<sup>a</sup> faz para não contestar o líder regional do seu partido Pelo contrário, nós, que somos oposição na Região Autónoma da Madeira, pensamos que, fruto das constantes contradições do Sr. Presidente do Governo Regional sobre o modo como conduz a política regional, constitui uma fonte inesgotável de razões condenáveis que merecem a nossa indignação.

Para o PSD/Madeira a autonomia tem uma lógica claramente federalista, no mínimo; para o PS/Madeira a autonomia deve ser aprofundada no quadro da Constituição da República.

Somos por uma autonomia democrática; o seu líder regional é, incontestavelmente, por uma autonomia autoritária, absolutista, que assenta na subordinação dos cidadãos aos interesses do poder, no estrangulamento do poder local. Em resumo, num tempo histórico em que o exercício do poder deve ser claramente desconcentrado, o seu presidente cultiva a concentração.

O Sr José Junqueiro (PS) — Exactamente!

O Orador — Integrando uma Europa que procura afirmar a lógica da participação dos cidadãos, do partenariado, num contexto em que as autonomias têm sido protegidas e estimuladas pelos diferentes governos, inclusive pelos governos do seu partido, quando o exercício da cooperação entre os órgãos de Governo próprio das regiões e órgãos de soberania constitui um instrumento fundamental, em que situação nos encontramos no que concerne ao processo autonómico?

Neste momento, a Região Autónoma da Madeira rege-se pelos princípios das leis gerais da República, mas sabemos pretenderem VV. Ex.<sup>as</sup> a libertação, inclusive, do primado desses princípios.

Com uma Assembleia Regional claramente submissa ao Presidente do Governo Regional, que não respeita nem considera os contributos das oposições, não lhe parece perigosa a libertação do primado dos princípios das leis gerais da República?

Reivindicam que o Estado cumpra as suas responsabilidades em matéria das finanças das Regiões Autónomas, mas contemplando a lei, por exemplo a possibilidade de a Região consagrar redução dos impostos, quer do IRS quer do IRC, nada fizeram. Porquê?

Os madeirenses podem pagar?

Os madeirenses são mais ricos que os açorianos, que desenvolveram essas diligências?

Reivindicam mais poderes quando não exercitam os que já estão consagrados

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Estamos numa dinâmica de autonomia em regime democrático assente nos valores das sociedades modernas ou na recuperação do modelo feudal da Idade Média?

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — A idade das trevas! Lembra-se, Sr Deputado?

O Sr José Junqueiro (PS): — Lembra, lembra!

O Orador: — É que, para nós, a última tentativa para controlar a RTP/Madeira, mais o discurso do funcionamento da justiça na Madeira, ..

O Sr. Presidente (Narana Coissoró). — Sr. Deputado, faça favor de terminar a sua pergunta

O Orador — Vou já terminar, Sr. Presidente.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Mas tem de ser já, Sr. Deputado

O Orador — Como estava a dizer, a última tentativa para controlar a RTP/Madeira, mais o discurso do funcionamento da justiça na Madeira, este último pré-figurando uma tentativa de controlo do poder regional sobre o exercício da justiça, francamente arrepiava-nos.

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr Correia de Jesus (PSD). — Sr Presidente, Sr. Deputado José António Cardoso, agradeço-lhe a pergunta que formulou e aproveito para o saudar, uma vez que suponho ter feito a sua primeira intervenção no Plenário da Assembleia da República.

Relativamente aos problemas que me coloca, não há dúvida nenhuma de que os Deputados da Madeira eleitos pelo Partido Socialista subordinam-se a uma lógica que é, de facto, completamente diferente da dos Deputados eleitos pelo Partido Social Democrata.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — É verdade!

O Orador: — Nós analisamos estas questões na perspectiva da autonomia dos interesses e dos direitos da Região Autónoma da Madeira; VV. Ex.<sup>as</sup> analisam todas estas questões dominadas por aquilo que poderíamos considerar um trauma, que é a existência de um Presidente do Governo Regional da Madeira, que defende a Madeira, que contribui e determina o progresso da Região Autónoma da Madeira e que, ao longo de 20 anos, em 32 eleições democráticas e livres não contestadas, obteve sempre a maioria dos votos dos eleitores da Região.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador. — Tenho dito muitas vezes aos meus amigos socialistas que é preciso que expurguem este

«fantasma» que está dentro de si próprios e que, de uma vez por todas, assumam as suas posições ideológicas e programáticas e tenham a coragem de apresentar ao povo madeirense um programa alternativo de Governo que seja, efectivamente, o contraponto daquilo que tem sido a acção do Partido Social Democrata

Sr. Deputado, não espere que eu incorra no erro de vir aqui discutir questões específicas e internas da nossa Região Autónoma, cuja sede própria para as discutir entendo ser a Assembleia Legislativa Regional, o Parlamento Regional, e não a Assembleia da República.

**Vozes do PSD.** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o Sr. Deputado colocou uma questão que, essa sim, porque diz respeito ao ordenamento constitucional sobre a autonomia, deve aqui ser discutida, tendo sido claramente referida na minha intervenção Trata-se da subordinação da legislação regional aos princípios fundamentais das leis gerais da República.

Sr. Deputado, o que defendemos é que a legislação regional deve, única e simplesmente, subordinar-se à Constituição da República Portuguesa e não aos princípios gerais da República

Estamos, portanto, em perfeita conformidade com o ordenamento constitucional português. Não queremos nenhuma secessão, o que queremos é poder legislativo de modo a que a autonomia seja não só forma, mas que tenha também um conteúdo substancial

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Também para uma intervenção de interesse político relevante, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino.

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Sena Lino (PS)** — Sr. Presidente, Srs Deputados: No passado dia 5 de Junho realizou-se, na Sala do Senado da Assembleia da República, a VI Sessão Parlamentar «A Escola e a Assembleia»

Este projecto, que vem sendo desenvolvido pela Presidência da Assembleia da República, constitui um salutar exemplo de comunicação entre o Parlamento e as escolas portuguesas

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora.** — Todos sabemos da pouca informação que chega às pessoas a propósito do trabalho parlamentar e, sem curar de esmiuçá-las dessas razões, esta iniciativa, por si, pelas pessoas, pelas famílias que envolve na comunidade educativa nacional, faz com que se conheça com mais rigor a vida parlamentar e as suas vicissitudes

É claro que para os jovens que tiveram a oportunidade de se fazer eleger e chegaram a esta Sessão foi também um dia especial nas suas vidas. Mas para o Parlamento não o foi menos. Esta Casa rejuvenesceu em pleno sentido ao dar, mais uma vez, a palavra aos jovens. Estiveram presentes 136 «Deputados», representantes de 17 distritos e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, eleitos de entre 87 escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, a que se juntaram virtualmente outros jovens «Deputados» de Évora, com recurso ao programa *Internet*

na escola, por sistema de video-conferência. Aliás, esta primeira experiência, bem sucedida, permitirá a participação de outros jovens portugueses que vivam na emigração em próximas iniciativas

Há já alguns meses que os estabelecimentos de ensino intervenientes vinham percorrendo um longo caminho na preparação desta Sessão. De facto, o método de eleição destes jovens é decalcado da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, com a elaboração de cadernos eleitorais, emissão de cartões de eleitor, apresentação de candidaturas, campanha eleitoral e cartazes, até à data aprazada para a eleição propriamente dita. Neste processo, uma verdadeira disciplina viva para a democracia, desenvolveram-se, por experimentação, momentos de verdadeira cultura democrática no interior das escolas.

Toda a comunidade escolar ficou envolvida num empenhamento colectivo e fraterno. É pela vivência de projectos desta natureza, mais que quaisquer discursos de boa retórica, que as crianças e os jovens aprenderão a construir a democracia como um processo directo e dialógico, uma estrutura cooperante de resolução de problemas reais.

Se formar-se é transformar-se, num processo activo e vital que decorre da experiência individual e que, por isso, não é possível delegar, a renovação das ocasiões que favoreçam a experimentação da cultura da liberdade democrática, ao nível escolar, constituirão sempre motivação para os jovens. Por isso, a concepção da escola como um espaço participado de reconstrução da cultura e de promoção de cidadania permitirá que, também aí, se possam buscar respostas para os problemas de hoje.

Não foi por acaso que os próprios jovens definiram como tema para as intervenções no período antes da ordem do dia, que decorreu na parte da manhã, «A escola do século XXI, a sociedade de informação e a formação dos jovens, que perspectivas para os jovens portugueses no início do novo século?». E a ordem do dia, à tarde, foi preenchida com os pequenos «Deputados» a inquietarem representantes de todos os grupos parlamentares, colocando-lhes os problemas que os preocupam relacionados com o emprego, formação, novas tecnologias, ambiente, segurança, educação sexual, indisciplina, violência, novos currículos e outros. E atentos à imagem que lhes chega do Parlamento e à opinião pública quanto à credibilidade dos políticos, não se esqueceram de perguntar «Em média, quantas horas trabalham os Deputados por semana?»

Sr Presidente, Srs Deputados: Este projecto, «A Escola e a Assembleia», por mérito próprio, já cresceu e enraizou-se nas escolas, como referência incontornável, a ter em conta nos seus projectos pedagógicos. Contudo, o que se reviveu no passado dia 5 não pode permanecer à mercê da generosidade e entusiasmo dos seus impulsionadores e dinamizadores.

A Assembleia da República deverá reforçar esta componente de comunicação com a população estudantil, investindo neste projecto, que demonstrou já as suas potencialidades. É público o esforço que vem sendo realizado pelo Sr Presidente da Assembleia da República, Dr Almeida Santos, através do seu Gabinete, nomeadamente pela Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Julieta Sampaio, no sentido de consolidar uma ideia que releva pela sua preocupação em motivar os mais jovens para a vida colectiva, levando-

-os a conhecer o Parlamento pela experimentação dos mecanismos com que funciona o regime democrático. Os Ministérios da Educação e da Ciência e da Tecnologia, como não poderia deixar de ser, colaboraram para o êxito da iniciativa, a que se juntaram as Comissões Parlamentares de Educação, Ciência e Cultura e de Juventude e Desporto, através dos respectivos Presidentes, que fizeram parte do júri nacional para a selecção das escolas e de perguntas

É, pois, desejável que o Parlamento aprove uma resolução, que está em preparação naquelas comissões parlamentares, por forma a alargar-se o âmbito do projecto até ao ensino secundário e a estabilizarem-se as condições de apoio à iniciativa

Sem dúvida que o enquadramento desta experiência se radica nos desafios e nos novos problemas que hoje se vivem, designadamente de comunicação, que criam situações complexas, com reflexos nos vários domínios da nossa vida. Ora, a via para encontrar respostas exige de todos maior e melhor participação, uma intervenção social mais adequada, eficaz e consistente.

A democracia, que é o regime da liberdade, da cidadania e da responsabilidade, tem de ser capaz de mobilizar os cidadãos, ultrapassando os riscos da indiferença cívica, e salvaguardar o sentido de comunidade, solidariedade e coesão social

Mas tudo começa na educação. A escola, que não esgota a educação, mas é o seu centro, onde se ganha o sentido duradouro de que somos cidadãos pertencentes a uma comunidade democrática, viva e em transformação, deve apelar aos valores de cidadania e participação. Só se pertence verdadeiramente quando se partilha. Neste dia, o Parlamento também foi escola, na partilha que soube fazer

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Igualmente para uma intervenção de interesse político relevante, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Barata

A Sr<sup>a</sup> Isabel Barata (PS) — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados A Região Autónoma dos Açores foi reconhecida no quadro da União Europeia como uma região ultraperiférica, cujas características ambientais constituem seguramente o seu maior e mais valioso bem

Este reconhecimento está intimamente relacionado com as fragilidades económicas decorrentes da sua excentricidade geográfica, sendo de destacar a importância do sector agrícola, nomeadamente a nível da actividade pecuária, cuja gestão política é essencial defender dentro dos condicionalismos da «ultraperiféridade».

Porque o turismo nos Açores constitui uma oferta ímpar, de respeito e em consonância com o ambiente, a actividade turística pode e deve constituir uma aposta, senão «a» aposta, para o desenvolvimento empresarial da Região, desenvolvimento este que se deseja harmonioso e com critérios, atendendo às contingências próprias daquelas ilhas

O turismo nos Açores será, neste sentido, um turismo que se pautará pela selectividade dos seus destinatários, sem, apesar disso, pretender ser elitista

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

A Oradora — O que se deseja é um turismo seleccionado pelo bom gosto, pela qualidade humana dos

turistas e pela relação harmoniosa destes com o ambiente. O que se afigura como fundamental é que a relação dos turistas com os Açores seja uma relação baseada no respeito e na confiança e na preservação das suas características

Neste sentido, se poucos turistas podem estragar muito, muitos turistas, se compreenderem a essência da oferta turística do arquipélago com as suas belezas naturais ainda essencialmente preservadas, podem ser elementos não de poluição, mas sim de cuidado ambiental

Dado o potencial de que, a este nível, o turismo rural e ecológico se revestem, é fundamental preservar e proteger um património que constitui certamente o suporte de desenvolvimento mais importante destas actividades

As ilhas dos Açores, dada a fragilidade dos seus ecossistemas, deparam-se, no entanto, com algumas dificuldades em termos ambientais que exigem meios acrescidos e a necessária solidariedade nacional

É o caso do processo de eutrofização das lagoas que implicaria, se não existisse uma actuação atempada, a transformação destes agradáveis elementos paisagísticos e de lazer em lastimáveis superfícies pantanosas. Esta recuperação é tanto mais importante quanto as lagoas açorianas constituem um *ex-libris* da Região, não deixando de ser igualmente uma importante parte do património ambiental natural português que é indispensável salvaguardar

O Governo do Partido Socialista, cuja actuação se tem pautado pela afirmação da coesão nacional, nomeadamente através do incentivo a uma consolidação acrescida das autonomias regionais, propôs-se colaborar nas acções de salvaguarda do património ambiental dos Açores com relevância nacional, designadamente quanto às situações que tive oportunidade de referir.

Ainda que possuindo um orçamento próprio, dada a existência de uma lei das finanças das Regiões Autónomas, existem realidades nos Açores que, pelos meios e recursos que requerem e pelo interesse nacional de que se revestem, exigem esforços conjugados ou constituem obrigações directas do Governo da República

É este também o caso da fiscalização da Zona Económica Exclusiva dos Açores, através de adequados e eficazes meios aéreos e marítimos, como forma de prevenir e combater a poluição e proteger a zona marítima dos efeitos nocivos das actividades humanas para a preservação dos ecossistemas marítimos

Neste sentido, e porque é fundamental assegurar os meios que nos permitem salvar o nosso património ambiental e assegurar um desenvolvimento económico sustentável, a cooperação entre o actual Governo da República e o Governo da Região Autónoma dos Açores tem contribuído decisivamente para que a solidariedade e a coesão nacional sejam um factor de racionalidade entre a produção agro-pecuária, o ambiente e o turismo

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Narana Coissoró). — Srs Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia

*Eram 15 horas e 40 minutos.*

## ORDEM DO DIA

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Informo os Srs Deputados que a eleição de um membro para o Conselho Superior da Magistratura, que deveria realizar-se hoje, foi adiada para um outro dia a anunciar oportunamente

Vamos dar início à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 172/VIII — Criação dos institutos regionais (PCP) e 89/VIII — Democratização das Comissões de Coordenação Regional (PSD), que constitui um agendamento potestativo do Grupo Parlamentar do PCP

Para introduzir o debate, em representação do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral

**O Sr João Amaral (PCP)** — Sr Presidente, Srs. Deputados Da nossa parte, Partido Comunista Português, apelamos a que este debate, um de dois efectuado nos termos do exercício do direito de agendamento potestativo que cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português em cada sessão legislativa, seja um debate feito com serenidade e com conteúdo, um debate no sentido próprio do termo, uma troca de ideias, uma análise de projectos, tudo por forma a afastar a chicana e a concentrarmo-nos na questão que é a de equacionar o problema posto no projecto de lei do PCP, isto é, a situação e a forma de reformar a estrutura administrativa intermédia do Estado, localizada entre os centros de decisão de Lisboa e o poder local espalhado por todo o País

É um tema que sempre muito preocupou a Assembleia da República Sobre a matéria de desconcentração já aqui foram apresentados diversos projectos de lei e realizados muitos debates Já em 1987, o PS apresentou uma iniciativa legislativa precisamente sobre este tema

Nos debates travados desde então, intervieram Deputados de todas as bancadas, com muita experiência e conhecimento, entre eles os Deputados Luís Sá, Carlos Brito, Eduardo Pereira, Jorge Lacão, Rui Machete, Silva Marques e Nogueira de Brito Esse capital de análise, e de dignidade, que a Assembleia sempre quis dar a este tema, certamente pesará na forma como nos empenharemos no debate

Há uma questão prévia, que tem de ser abordada imediatamente, não só para afastar fantasmas, mas também porque permite definir com rigor o que aqui debatemos Como é evidente, não estamos a debater a regionalização nem a criação de regiões administrativas Se alguém se deixou levar por um, dois ou três títulos de jornal, desengane-se.

Aqui não há propostas sobre a criação de uma nova autarquia, uma nova pessoa colectiva territorial, dotada de atribuições próprias, finanças próprias e órgãos eleitos directamente pela população O que está em debate é a reforma da Administração Pública de nível intermédio, mais concretamente, a reforma das Comissões de Coordenação Regional (CCR), que correspondem às NUT II na estrutura espacial de planeamento e estatística da União Europeia

Da nossa parte, sempre dissemos, mesmo depois do referendo, que continuávamos a considerar que o País e as populações ganhariam com a criação de regiões E sempre dissemos que algum dia retomariímos o processo Quando o fizermos, seremos nós a escolher o momento.

não haja dúvidas seremos muito claros e falaremos de regionalização sem nenhuma ambiguidade

Agora, o problema é outro, embora se possa ir buscar ao debate acerca do referendo sobre a criação das oito regiões argumentos para mostrar a actualidade do tema que aqui trazemos De facto, na altura, todos os partidos que fizeram a campanha do «não» sempre fizeram questão de dizer que o País queria e precisava de descentralização, o que não queria era o modelo de oito regiões posto a consulta pública E, depois de anunciado o resultado, todos esses partidos, mais aqueles que, aparentemente, fizeram campanha pelo «sim», como o Partido Socialista, proclamaram a sua vontade em prosseguir um processo de descentralização e de reforma da Administração que a aproximasse das populações

Ao longo dos anos dos governos do PSD, o PCP e o PS denunciaram aqui, frequentes vezes, o centralismo corporizado pela estrutura de poder que as Comissões de Coordenação Regional representavam As CCR portavam-se como o braço armado do poder central, multiplicando ingerências e condicionamentos sobre o poder local e aplicando no terreno decisões de nível intermédio que interessavam directamente às populações da respectiva área regional, senão que estas ou os seus representantes eleitos locais tivessem qualquer efectiva participação na decisão

O que se passou nos anos dos governos do PSD continuou e agravou-se nos anos dos governos do PS Com o acrescimento de que, hoje, são cada vez mais as entidades, além das CCR, a ingerirem-se nas decisões do poder local e a quererem dar ordens às câmaras e aos seus presidentes Proliferam os cruzamentos e choques entre serviços desconcentrados da administração central Não há bicho-careta, seja director-geral, presidente de instituto, ou presidente de uma qualquer dessas sociedades anónimas (SA) em que, lentamente, se vai transformando este «Estado, SA», que não use e abuse da circular, do ofício, ou do telefonema «ordenatórios», sempre a proibir Porque é isto que, na óptica deles, mostra quem manda Quem manda não é quem faz, é quem proíbe que se faça A proibir, estão as Administrações dos Portos, as Direcções Regionais do Ambiente, o IPPAR, o Ministério da Agricultura, os Florestais, a REN, a RAN, a Rede Natura 2000, tudo respeitabilíssimas instituições e categorias, todas elas invocando interesses superiores, mas todas elas actuando sem nenhuma sensibilidade às problemáticas locais e regionais, sem nenhuma capacidade de entrosamento com o poder local como estrutura legítima do Estado descentralizado e sem nenhum respeito pelos seus poderes próprios e pela autonomia desses poderes

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador** — Na mesa-redonda que aqui fizemos, na passada terça-feira, o Presidente da Câmara de Aljezur contava o caso da construção de uma casa de banho e de uma cozinha numa pequena construção rústica, cuja área total ultrapassava em 30 m<sup>2</sup> a competência do parque natural em que se inseria Como ultrapassava essa competência, o processo foi para o Instituto de Conservação da Natureza que, pura e simplesmente, proibiu a construção sem a levar a homologação do Ministro, como está obrigado por força

da lei. Evidentemente que o processo não foi submetido a homologação do Ministro, não só porque se tratou do chamado «tique proibicionista», isto é, a aplicação mecânica da regra de proibir, como também pelo ridículo de pôr o Ministro a despachar sobre retretes e «polibains»

#### Risos

Um Estado assim, cada vez mais assim, é, cada vez menos, um Estado com uma Administração Pública organizada segundo as regras da democracia e, cada vez mais, um Estado a caminho da prepotência.

A questão que aqui trazemos, na ausência de regiões, que, seguramente, se vai prolongar por anos, é a de saber se o País está condenado a este modelo centralista, onde, na Administração, até ao domínio dos municípios e freguesias, reina o poder central sem limites nem controlo. E aos que referem que existe um caminho de descentralização na entrega aos municípios de novas atribuições, é preciso responder que a cada um desses novos níveis de atribuições corresponde um mais elevado nível de ingerência por parte desse aparelho intermédio da Administração. Sendo as novas atribuições mais complexas e exigentes, maior é a apetência para o cerco de ingerência técnica e financeira e, portanto, de ingerência na própria decisão política.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

**O Orador** — A pergunta é, portanto, estamos condenados a este centralismo? Ou mesmo estamos condenados a agravá-lo?

A hipótese que tem sido posta, dos comissários regionais equiparados a subsecretários de Estado é, na opinião do PCP, o caminho do reforço do centralismo, numa pura lógica de poder e sem nenhuma eficácia no plano da coordenação e racionalização da Administração Pública intermédia e desconcentrada.

Vamos ser directos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

**O Orador.** — Se os ministros (estes, do actual Governo, como os de muitos e muitos governos anteriores) consideram como seu privilégio, uma espécie de «prerrogativa de império», terem a sua própria estrutura administrativa intermédia — e isso não mudou, apesar da existência de ministros coordenadores, de um Ministro para a Reforma Administrativa, de resoluções do Conselho de Ministros sobre desconcentração e organização dos serviços e de discursos inflamados de Primeiros-Ministros —, se nada mudou, como é que, agora, iam esses ministros submeter-se à lógica de uns comissários, sentados na fila de trás do Governo com a categoria de menos do que subsecretários?

A única coisa que muda com estas figuras é que o exercício de formas de ingerência e de pressão sobre as autarquias locais vai ser refinado, porque o patamar do chefe sobe para o nível do Governo.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Está muito enganado!

**O Orador.** — Resumindo, vistos do lado dos ministros, os comissários são empregados destinados a reforçar os

sistemas de controlo sobre a vida e a realidade das áreas regionais, vistos do lado do poder local, os comissários são uma nova categoria «patronal» com mais poder para ingerir e dar ordens.

#### Aplausos do PCP

Veio nos jornais que o Sr Ministro Alberto Martins almoçou anteontem com o Sr Deputado Francisco de Assis e outros Deputados do PS, para apreciar toda esta problemática.

Tenho pena que ele não tenha decidido vir aqui, para discutir com a instituição Assembleia da República e não só com o seu partido uma questão que interessa ao Estado, aos órgãos de soberania, ao poder local.

#### Aplausos do PCP e do BE

Gostaria de testar, em debate, aqui, com o Governo, a solução dos comissários como solução centralista contraposta a um caminho, como propomos, na direcção da aproximação ao poder local e à sua expressão ao nível de área regional.

Fizemos a mesa-redonda que já referi, na qual procurámos que estivessem personalidades com responsabilidades em estruturas intermédias do Estado, de várias origens partidárias. Tivemos connosco o Presidente do Conselho da Região do Alentejo, Rogério de Brito, o Presidente do Conselho da Região Centro, Pedro Santana Lopes, e o Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, João Soares. Pretendíamos, também, ter entre nós o presidente de uma das cinco CCR. Sucederam-se as recusas. É pena!

O Sr António Capucho (PSD) — É lamentável!

**O Orador** — É um sinal de que os altos responsáveis da Administração continuam a ver a sua liberdade de pensamento condicionada por uma fidelização absoluta que lhes é imposta pelo modelo centralista imperante que tem no seu topo a figura do ministro respectivo.

#### Aplausos do PCP

Nessa mesa-redonda, ficou claro que, para os autarcas que têm aquele alto nível de responsabilidades, a situação que se vive não é sustentável, não é deseável e não é adequada à resposta às necessidades do País. Os autarcas querem a reforma das CCR, querem participar no processo de decisão e execução das matérias do âmbito da sua área regional. As críticas que fizeram ao projecto de lei do PCP foram no sentido de entender que o deseável era ir ainda mais longe, por exemplo, quanto ao Presidente da CCR, que, na sua opinião, poderia ser, ele próprio, designado ou eleito pelos municípios da área regional, ou — outro exemplo —, quanto aos poderes, que deveriam acentuar mais a componente executiva.

Da nossa parte, mantemos as soluções que apresentamos no nosso projecto de lei como soluções devidamente ponderadas, soluções realistas, enquadradas na situação concreta de ausência de um poder regional e alicerçadas numa dinâmica de conceitos devidamente fundamentada.

Observaram-nos — mal! — que havia reserva de competência do Governo Falso Basta ler Gomes Canotilho e Vital Moreira em *Constituição da República Portuguesa Anotada*: «O princípio da auto-organização» — do governo — «limita-se exclusivamente à sua própria organização e funcionamento, só em relação a esses domínios se atribui a competência legislativa exclusiva do governo; pelo contrário, essa reserva de competência legislativa exclusiva não abrange nem a organização dos serviços administrativos ou o regime da função pública, nem a distribuição de competência entre os vários órgãos do governo».

Observaram-nos que o nome «institutos regionais» poderia não ser o mais adequado, respondemos que não rejeitamos a observação e aguardamos sugestões, reflectindo nós próprios sobre outras possibilidades.

Puseram por aí a correr, como dita alternativa a este sistema que propomos, a constituição de associações obrigatórias de municípios, as quais seriam correspondentes aos NUT III. Tenho aqui um recorte do jornal *O Ribatejo*, de 1 de Junho, onde se diz que essa iniciativa foi anunciada pelo Sr. Ministro, na abertura da Convenção Distrital de Autarcas Socialistas do Distrito de Santarém. Mal! Volto a ler a *Constituição da República Portuguesa Anotada*, por Gomes Canotilho e Vital Moreira. «A criação de associações ou federações de municípios é sempre da iniciativa municipal e a adesão a elas só pode ser voluntária».

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador.** — Sr Ministro, aos autarcas socialistas pode contar essas balelas, mas nunca poderá pô-las em execução face à Constituição da República e ao Tribunal Constitucional!

**Vozes do PCP** — Exactamente!

**O Orador.** — Observaram-nos que o projecto de lei contém cláusulas que admitem a possibilidade legal de criação de institutos regionais de âmbito regional inferior às cinco CCR. É uma observação que inverte a novidade desta proposta do PCP. Pela primeira vez, assumimos as cinco áreas das CCR. Se há, no nosso projecto, normas de cautela, elas exigem lei da Assembleia, e são isso mesmo, normas de cautela. É que, como a vida demonstrou, estas questões devem ser encaradas sem esquematismos que possam aparecer como *diktats*. Mas a cautela não diminui a novidade do projecto de lei, e é isso que importa sublinhar aqui.

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador.** — Observaram-nos que não seria adequado, ou seria mesmo contraditório, que um órgão integrado na Administração Pública descentralizada tivesse um órgão dirigente constituído por dois representantes nomeados pelo governo (um deles, o presidente) e três oriundos do poder local (dois vice-presidentes, que são presidentes de câmara, e um vogal designado por eles). Temos duas respostas para esta observação.

A primeira é a de que, de facto, o governo, de acordo com o projecto de lei do PCP, não só nomeia o presidente

do órgão «conselho de administração», como detém a maioria no seu «executivo permanente», conforme está no artigo 12º do projecto, visto tal executivo ser constituído pelo presidente e pelos dois vogais, um dos quais é nomeado pelo governo, sendo apenas o outro indicado pelos presidentes de câmara. Isto é, no órgão «executivo permanente», o governo tem dois representantes, o poder local tem um só. Além disso, os dois vice-presidentes, que são presidentes de câmara, são administradores não executivos.

A segunda resposta refere-se à concepção subjacente à observação que nos é feita. Ela provém certamente de quem, para além das palavras, desconfia, na realidade, dos poderes municipais e só concebe que eles possam viver em conflito com o poder central. Nós confiamos no poder local e na sua capacidade de equacionar os problemas e de cooperar com todos, incluindo o poder central, na definição e execução de soluções.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — O projecto do PCP visa uma reforma das CCR, através da instituição de mecanismos de participação do poder local e de uma clarificação dos poderes das estruturas que sucederão às CCR — «institutos regionais» é a designação que propomos, mas se se quiser alterá-la, não faremos questão por isso.

O projecto apresenta uma solução inovadora no plano conceptual e prático que é a desconcentração participada.

A nível dos órgãos, sublinha-se a existência do conselho consultivo regional, constituído por todos os presidentes de câmara da área respectiva, que constitui como que uma assembleia plenária de eleitos locais, representados pelos respectivos presidentes de câmara.

Sublinha-se, em segundo lugar, o conselho coordenador regional, onde terão assento as entidades representativas da área, desde as universidades até às associações sindicais e empresariais, passando pelas regiões de turismo, pelos gabinetes de apoio técnico e os responsáveis dos serviços descentralizados do Estado. Este órgão permitirá a intervenção destes representantes das realidades económicas, sociais e administrativas, que poderão emitir pareceres e trocar pontos de vista para dar maior eficiência e coordenação à Administração.

Sublinha-se, em terceiro lugar, o conselho de administração, que já atrás foi descrito e analisado, que consubstancia um sistema de direcção que é um desenvolvimento criativo do princípio da desconcentração, ligando, em cada área, os representantes do governo e os eleitos locais, isto é, concretizando o que defini como sistema de desconcentração participada. Provavelmente, haverá alguns teóricos esquemáticos que, como há um capítulo sobre desconcentração e um outro, o segundo, sobre descentralização, não conseguem conceber que haja um capítulo a meio. Há! É que é necessário entrosar o poder local e o poder central e nós temos capacidade, quer teórica quer prática, de o realizar e temos meios ao nosso alcance se entrar em vigor o que agora propomos.

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Quanto às funções, o PCP propõe funções de estudo, de coordenação, de participação na elaboração e

execução dos planos de desenvolvimento económico e social, de apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais, propõe que os institutos tenham um papel nos sistemas de incentivos, na estrutura orgânica do Quadro Comunitário de Apoio, como hoje têm as CCR, na gestão dos fundos comunitários, na gestão e ordenamento do território, como acontece com as CCR, nos programas operacionais de âmbito regional, como têm as CCR, e, ainda, na elaboração das políticas, dos planos e das propostas de nível regional em áreas como equipamentos sociais, infra-estruturas, bacias hidrográficas e ambiente, como têm as CCR.

O projecto de lei do PCP permitirá, assim, atingir três objectivos substituir a definição centralizada das políticas regionais por um sistema de desconcentração participada, concorrer para melhor coordenação, articulação e racionalização dos diferentes serviços desconcentrados do Estado; compatibilizar, por um lado, a necessidade de garantir a presença de representantes dos municípios para participação na gestão dos institutos e, dessa forma, no processo de desenvolvimento regional e, por outro lado, as dificuldades que têm esses representantes, no exercício de funções permanentes, já que, como presidentes de câmara têm grandes exigências de trabalho, a que não podem faltar.

Em resumo, o projecto do PCP visa criar os mecanismos adequados à intervenção dos eleitos municipais no processo de desenvolvimento regional. Os institutos, sendo órgãos do Estado, tutelados pelo governo e presididos por um seu representante, terão na sua estrutura formas inovadoras de participação de representantes dos municípios, permitindo que o processo de desenvolvimento ocorra, não só a partir de decisões centrais, mas também de baixo para cima, a partir de decisões locais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao suscitar este debate na Assembleia da República, nesta Assembleia representativa de todos os portugueses, o PCP concretiza um acto de política no que ela tem de mais nobre — a busca e definição de soluções para os problemas do País e do povo português.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador** — A nobilitação da política também resulta desta vontade, que seguramente todos partilhamos, de que a Assembleia analise e debata os grandes temas, as grandes opções da vida nacional.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador.** — Esperamos, Srs. Deputados, a vossa contribuição e a vossa intervenção. Da nossa parte, PCP, trabalhamos e trabalharemos para aumentar a eficiência e democraticidade da Administração intermédia do Estado, pensando que com isso ganhará o povo e o País.

*Aplausos do PCP*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Srs. Deputados, assistem aos nossos trabalhos um grupo de 30 futuros chefes de esquadra da PSP, um grupo de 23 alunos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa e um grupo de pessoas de associações culturais de Lagos.

A todos, apresentamos a nossa homenagem

*Aplausos gerais, de pé*

Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado João Amaral, inscreveram-se o Sr. Deputado José Junqueiro e o Sr. Deputado João Moura de Sá

Tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, ouvi com atenção a sua intervenção e tive ocasião de ler detidamente o projecto do PCP que, de facto, encerra alguma novidade relativamente ao do PSD

Há duas ou três considerações que importa fazer. Em primeiro lugar, o Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública esteve aqui, apresentou um calendário, apontou um grupo de missão para a reforma do Estado na sua plenitude e na sua globalidade. E este projecto aponta para uma parte, não envolvendo uma lógica global, que, de uma forma muito clara, vai promover a economia de meios, estimular sinergias e combater burocacias que, neste modo, me parecem intensificar-se com este projecto.

Por outro lado, embora o Sr. Deputado tenha referido que o Sr. Ministro não se encontra presente, também nunca vi que tivesse sido solicitada a sua presença para um debate, até em termos de Comissão, sobre esta matéria, o que me parece que está sempre a tempo de acontecer.

Mas o que vejo, em três ou quatro pontos essenciais, é o seguinte: é ou não verdade que a preocupação deste projecto é a de colocar o próprio governo em minoria no conselho de administração? Ou seja, o governo é legitimado pelo voto popular, assume responsabilidades perante o País, é julgado por aquilo que faz, mas, pelo lado de trás da cortina, nós teríamos uma outra maneira de decidir, em que eram subtraídas competências ao próprio governo e as pessoas poderiam exercer um mandato e uma planificação e uma execução da qual, depois, só o governo seria responsabilizado e não esta forma de administração — isto, no seu artigo 8º.

Subtrai capacidade de decisão ao governo e atomiza o Estado — é o que me parece decorrer do artigo 6º deste diploma — e não faz a articulação entre as atribuições e competências para as autarquias locais, não enquadrando essa realidade que está a acontecer, e colocando, como é óbvio, um nível de decisão num patamar de enorme complexidade e de grande burocacia.

Depois, cria delegações distritais dos institutos nos distritos e até em concelhos. Com que critério? Como é que isso se faz? Como é que se realiza, segundo o que está apontado nos n.º 1 e 2 do artigo 4.º?

Finalmente, pretende promover, no seu artigo 2º, n.º 1, também através deste conselho consultivo regional, a criação de novos institutos. Com que critério?

Quer ainda promover a reconfiguração das regiões-plano, atendendo também a um critério que já verificámos não ter sido aceite pela maioria do eleitorado, que era o das consultas sucessivas às assembleias municipais.

De uma forma muito clara, o que prevejo é o seguinte: a ideia de apresentar este projecto significa que o PCP veio atrasado em relação ao Governo e quis recuperar algum tempo perdido. Não deixaremos de encarar este contributo, mas, para que a reforma seja séria, na sua globalidade e

na sua plenitude, então, é fundamental que se pense o Estado no seu todo e não esta medida, que, independentemente do trabalho que deu, não deixa de ser uma medida avulsa, que é a de subtrair as responsabilidades ao governo central

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral

**O Sr João Amaral (PCP)** — Sr Presidente, Srs Deputados, agradeço ao Sr Deputado José Junqueiro as perguntas que colocou e a forma como quer participar, intervindo neste debate

Em primeiro lugar, quanto à metodologia, a ideia de esperar pelo edifício completo até se poder mexer alguma coisa é uma ideia que tem paralisado a Administração, há dezenas e dezenas de anos. Isto é, esperar pelo grande, grandioso, grandiosíssimo plano, o superplano, o plano final, só tolhe a capacidade de fazer as reformas, que é possível fazer, de uma forma gradualista — uma palavra que os senhores gostam tanto! —, de modo a conseguir que, efectivamente, se atinja o objectivo de aproximar a Administração dos cidadãos, democratizá-la e dar-lhe maior eficiência e capacidade de resposta

Portanto, digo ao Sr Deputado José Junqueiro, respondendo-lhe directamente, que considero um erro esperar por esse grandioso estudo, antes de se fazer aquilo que está à vista, que é possível e necessário fazer, e que, desde logo, tem o que é essencial para que estas reformas funcionem, que é o apoio dos destinatários, que são os órgãos do poder local

Em segundo lugar, não tivemos a preocupação de colocar ninguém em minoria no órgão de gestão. O Governo governa legitimamente — e bastante mal, diga-se de passagem! — o País.

**Vozes do PCP** — Exactamente!

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — e tem toda a sua competência no campo das grandes funções do Estado — funções de soberania, defesa, segurança interna, as grandes funções económicas, a indústria, as finanças, as grandes funções no campo social, o sistema de saúde, etc. Tudo isso é o campo de actividade do Governo! Do que estamos a falar é do campo de actividade das CCR, do sistema em que elas funcionam actualmente. E estamos a falar de uma forma de criar, nesses órgãos, que são as CCR, uma maioria de representantes eleitos ou designados pelas populações, uma maioria que é constituída a partir da legitimidade do Governo e a partir da legitimidade do poder local

Portanto, tratando as CCR de questões que estão relacionadas no terreno com competências que são de uma área inferior à das funções globais do Governo, evidentemente não há qualquer amputação dos poderes do Governo, pelo contrário, o que há é uma dinamização organizativa que permite dar uma muito melhor resposta aos problemas funcionais a que, hoje, as CCR têm de responder

Finalmente, passo a referir-me à questão espacial. Repito aquilo que disse o que propomos são cinco institutos regionais, mas aceitamos simultaneamente. Quanto à questão das delegações distritais, as CCR também as têm e também têm possibilidade de fazer todo esse sistema a partir de agrupamentos de concelhos. Têm tudo isso

Quanto à possibilidade

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr Deputado João Amaral, tem de terminar

**O Orador** — Sr Presidente, terminei e, posteriormente, concluiréi a minha resposta

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Tem a palavra o Sr Deputado João Moura de Sá

**O Sr João Moura de Sá (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado João Amaral, a minha primeira palavra é, obviamente, para felicitar o PCP por esta iniciativa, muito embora o PSD tenha apresentado, em Janeiro, uma iniciativa de âmbito parecido

Objectivamente, pensamos que o projecto de lei do PCP tem princípios correctos que podemos aproveitar no sentido de uma descentralização do País muito maior. E a posição em que o PS se coloca, nesta matéria — nem precisamos de esperar pela intervenção de fundo, bastou ouvir o Deputado José Junqueiro —, é a de esperar pela missão, a de esperar pelos grupos de trabalho, a de esperar por um grande plano para resolver os problemas do País. Mas os problemas do País continuam por resolver!

O Partido Socialista coloca-se permanentemente na posição de dizer que «os senhores estão a avançar com isto de uma forma casuística, de uma forma que não aceitamos, de uma forma que não é para nós a mais correcta», mas nunca apresenta soluções para resolver os problemas do País!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Isto é tão mais grave que, aquando do referendo da regionalização, foi dito pelos mais altos responsáveis do PS, nomeadamente pelo Sr Primeiro-Ministro, que nada ficaria como dantes, que, independentemente do resultado da regionalização, o Governo e o PS iriam promover uma descentralização do País muito maior. Ora, o que é que foi feito, desde essa altura, até hoje?

**Vozes do PSD** — Zero!

**O Orador** — O que é que foi feito de há dois anos a esta parte? Zero! O Partido Socialista coloca-se permanentemente na posição de não querer resolver os problemas dos portugueses, mas também não deixa que outros resolvam!

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Concordamos com o projecto de lei do Partido Comunista, embora coloquemos algumas questões — das quais já irei falar —, mas, na sua génese, estamos de acordo com ele

Não compreendemos como é que, até hoje, o Partido Socialista se coloca nesta posição de não querer resolver os problemas. Mas, mais grave do que isso, o PS tem feito algumas abordagens e insinuado a criação de uns altos comissários regionais — julgo que é esse o nome — e de uns subsecretários de estado que o PSD ainda não percebeu muito bem para que servirão,

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Nem ninguém!

**O Orador** — . a não ser para estender ainda mais a «mão» do Estado e do Governo no controlo das autarquias locais e no controlo dos distritos

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — É inaceitável o que o PS está a fazer! Pela nossa parte, esses comissários regionais merecerão sempre um rotundo «não»

Sr Deputado João Amaral, gostava de colocar-lhe a seguinte questão, que nos parece relevante. está ou não o PCP disponível para, em sede de especialidade, anular, abolir ou retirar a possibilidade de criação de novos institutos regionais além daqueles cinco que correspondem às actuais CCR. Essa é uma questão importante para nós, pois julgamos que a criação de mais institutos regionais, para além do número actual de CCR, não contribui para uma maior eficácia na descentralização administrativa do País

*Aplausos do PSD*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró):** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral

**O Sr João Amaral (PCP)** — Sr Presidente, Sr Deputado João Moura de Sá, muito obrigado pelas perguntas e observações que formulou. A parte da sua intervenção em que me faz uma pergunta, propriamente dita, relaciona-se com a resposta anterior que derivei a meio e, portanto, aproveitarei para a concluir e explicitar a questão, não sem antes dizer o seguinte em relação a esta reforma, assistimos aqui à utilização do argumento de que não pode fazer-se, porque não se fazem reformas aos «bocadinhos», tem de fazer-se a reforma toda, por conjunto, já em relação às reformas fiscal, de saúde e outras, o argumento usado costuma ser o contrário, isto é, essas reformas têm de se ir fazendo aos «bocadinhos», devagarinho, não se pode fazer tudo, senão o País cai!

*Aplausos do PCP, do PSD e do CDS-PP*

Quanto à questão que nos coloca, Sr Deputado João Moura de Sá, estamos disponíveis para a apreciar em sede de especialidade, e compreendemos perfeitamente que assim seja. Portanto, em relação a esta matéria, não temos uma posição rígida, queremos discuti-la.

Aproveito, no entanto, para sublinhar o seguinte o que está colocado como posição do Partido Comunista Português em relação a esta questão, isto é, a posição que nós defendemos. E quando defendemos uma posição, defendemo-la aqui, na Assembleia da República, no poder local e no nosso trabalho político geral. Ou seja, não

costumamos defender uma posição num sítio e a contrária no outro — e não quero insistir mais neste ponto, porque pode parecer que estou a querer.

**O Sr. Vieira de Castro (PSD)** — Claro!

**O Orador** — Mas, dizia, o que está colocado como posição do Partido Comunista Português em relação a esta questão é a defesa das cinco áreas que estão propostas no projecto de lei que apresentámos. E isso é que é importante sublinhar do conjunto de artigos que se referem a esta questão no nosso projecto. Defendemos, repito, que existam cinco áreas, posição que defenderemos em todos os sítios onde seja necessário levantarmos a voz para discutir esta questão

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado João Amaral, em primeiro lugar, também quero dizer-lhe que me parece salutar esta iniciativa do Partido Comunista Português

Efectivamente, quando travámos esse importante debate sobre a regionalização, no qual adoptámos posições claramente antagónicas, um dos consensos gerados nessa matéria foi o de que era necessário descentralizar e desconcentrar. Isso foi dito por Deputados de todas as bancadas, de todos os grupos parlamentares que intervieram nesse debate da regionalização. E, realmente, é inadmissível que, passado todo este tempo, nenhum passo tenha sido dado nesse sentido e as aspirações das populações, dos que votaram «sim» e dos que votaram «não» no referendo da regionalização, tenham ficado completamente esquecidas

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Em relação ao projecto de lei que o PCP agora nos apresenta, devo dizer que essa foi uma das ideias que nós próprios — por isso o acolhemos favoravelmente —, como adversários da regionalização. Lançámos na altura Lembra-se o Sr Deputado que, com maior ou menor entusiasmo, um dos argumentos que os defensores do «não» (como foi o nosso caso) aduziram nesse debate foi o dos custos dessa mesma regionalização, os custos de uma Administração regionalizada e de natureza completamente democrática. E acrescentámos que uma das soluções possíveis seria, precisamente, a de introduzir o elemento democrático não pela via da eleição directa mas pela componente autárquica, empresarial, etc

Julgamos, por isso, salutar esta mesma iniciativa

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Contudo, temos dito uma outra coisa. É que, apesar de tudo, em nossa opinião, há um modelo de referência no País para esta Administração que não pode ser completamente esquecido. Refiro-me ao modelo distrital.

Entendemos que, sobretudo ao nível da desconcentração, a estrutura distrital, a estrutura orgânica que leva, inclusivamente, à composição desta Assembleia, não pode ser completamente esquecida.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!**

**O Orador:** — Portanto, a questão que lhe deixo é esta independentemente de estarmos dispostos a colaborar, em sede de especialidade — e não será por nossa causa que o projecto de lei do PCP não passará —, qual o acompanhamento que o PCP nos dará quanto a esta ideia de um modelo de desconcentração sério em relação à estrutura distrital e, por outro lado, de uma efectiva descentralização, uma vez que estamos perante um projecto que prevê um envolvimento democrático numa Administração ainda desconcentrada e não descentralizada? Lembro que no projecto de lei do PCP não há transferência para outros órgãos, antes se propõe uma outra composição da Administração que existe actualmente.

Portanto, está o PCP disponível para acompanhar esta iniciativa, por um lado, com um modelo que entendemos que deve ser desconcentrado e ao nível distrital e, por outro lado, com um modelo de efectiva descentralização e transparéncia, com mais competências.

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!**

**O Orador** — . mais meios e mais capacidades para os municípios?

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral**

**O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Telmo Correia, em relação ao nosso projecto de lei, não me lembro, exactamente, de a ideia ter surgido, com os contornos que aqui estão, da parte dos adeptos do «não» durante o debate da regionalização. Mas a minha memória já não é o que era. Há outros que têm melhor memória do que eu e admito que isso seja verdade!**

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Temos um «livrinho» que lhe farei chegar!**

**O Orador** — A questão mais importante que sublinhou em relação ao projecto é a de, passados dois anos, não ter sido dado qualquer passo no que toca a este tipo de estrutura, no sentido de se conseguir níveis de intervenção do poder local e de aproximação às populações, como era exigível, como foi prometido e como é necessário que seja feito. Essa, sim, é que é a questão!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador** — O problema que colocamos tem a ver com as CCR e a pergunta que me fez refere-se aos distritos, que é uma questão diferente. E, portanto, não queria misturá-las, isto é, não queria dizer que resolvo o problema dos distritos no quadro desta proposta que se refere às CCR.

O problema dos distritos é diferente. Na estrutura que propomos, a realidade distrito aparece quando admitimos a existência de delegações regionais, que as CCR são obrigadas a ter hoje — por exemplo, em Vila Real e noutras sítios, existem estruturas deste tipo, delegações

**O Sr Bruno Almeida (PS) — Núcleos operativos!**

**O Orador** — Está o Sr. Deputado especialista do PS a dizer que são núcleos operativos. Adoro esta terminologia. Imaginem, são núcleos operativos!

*Risos*

Mas, dizia, existem esses núcleos «operativos» a nível de distrito

Quanto à questão concreta dos distritos, quero deixar-lhe duas notas: a primeira é que aguardamos uma proposta, nomeadamente da parte do CDS-PP, que analisaremos; a segunda é que os distritos lembram essa personagem, de «bolso cheio» e de capacidade de «mãos largas» para quem se ajeite às vontades do Governo, que se chama governador civil.

*Risos do PCP*

Quando apresentar uma proposta relativa aos distritos e às assembleias distritais, não se esqueça de dar um «toquezinho», para ver se põe esses cavalheiros na ordem!

*Aplausos do PCP*

*Risos do PSD e do CDS-PP*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró) Srs Deputados, para proceder à apresentação do projecto de lei nº 89/VIII, apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio**

**O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados:** O presente debate sobre a democratização dos órgãos desconcentrados da administração central ocorre em bom momento. Ocorre numa altura em que reapareceram, de novo, preocupantes indícios de que o Governo se prepara para avançar, já neste Verão, pela calada das férias, com a criação dos comissários políticos regionais.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador** — Com este ou com qualquer outro nome de marketing mais adequado, a verdade é que têm surgido notícias não desmentidas de que as nomeações irão ser levadas a cabo em breve.

É, pois, de inegável oportunidade política a Assembleia da República debater, hoje, essa democratização, porque, assim, se podem prosseguir dois importantes objectivos. Por um lado, a criação de obstáculos políticos ao avanço dessa lamentável ideia socialista, por outro, uma maior democratização na definição e acompanhamento das políticas de incidência regional.

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Orador.** — Os dois diplomas que, hoje, aqui estão em apreço na generalidade encerram opções que vão de encontro as esses dois importantes desideratos

Sr Presidente e Srs Deputados Há pouco mais de dois anos, os portugueses pronunciaram-se inequivocamente contra a regionalização política do País Dizemos regionalização política porque, ao serem eleitos directamente por sufrágio popular, os governantes regionais teriam, obviamente, um peso político próprio Dizer sim à regionalização teria sido dizer sim à criação de um novo patamar de decisão política entre o poder local e o poder central Foi, portanto, fundamentalmente a isso que os portugueses se opuseram, votando «não» de forma perfeitamente inquestionável

É, assim, abusivo interpretar directamente do resultado do referendo à regionalização que o País, ao dizer que não pretendia a criação desse novo patamar de decisão política, disse implicitamente que sim a uma maior centralização e, por consequência, a uma menor democratização na definição e acompanhamento das políticas de incidência regional

Parecerá um absurdo dizer o que acabo de referir, ou seja, admitir que há quem pense que a leitura política do não à regionalização deverá ser, *a contrario sensu*, a da expressão de uma vontade popular no sentido de uma maior centralização Poderá parecer um absurdo, mas, infelizmente, não é

A ideia peregrina de criação dos denominados comissários políticos regionais que o Governo nos anunciou só pode ter sustentabilidade perante uma leitura tão abstrusa do resultado do último referendo

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Cinco comissários políticos que supostamente devem gerir as regiões com poderes superiores aos das actuais Comissões de Coordenação Regional Gente do partido «cor-de-rosa», com o estatuto de *super-boy*, que, à cautela, o PS já nem sequer faz depender politicamente da Sra Ministra do Planeamento — faz depender directamente do Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do Partido Socialista A *manus longa* do Governo central e do partido do poder, no dia a dia da vida local e regional

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Bem mais cedo do que se poderia prever, começa a estar bem patente um certo acelerar do clima de fim de ciclo que vive esta maioria Durante a última legislatura, o Governo sempre se recusou a inverter a sua lamentável política de permanente nomeação da sua clientela partidária para os mais diversos lugares da Administração Pública portuguesa

Só que, pelos vistos, o pior ainda estava para vir a seguir às eleições de Outubro Logo no início do seu segundo mandato, ainda não saciados com a orgia de *jobs* públicos para os amigos, os socialistas resolvem arrancar com uma ideia bem típica dos exageros de um certo fim de festa a nomeação despudorada de agentes político-partidários regionais na directa dependência do chefe do partido e do Governo

*Aplausos do PSD*

Conclui-se, aliás, que a Ministra do Planeamento provavelmente já não oferece, ao insaciável aparelho socialista, suficientes garantias de partidarização ilimitada do Estado

Dito de forma popular, poderemos afirmar que o Governo e o PS «bateram no fundo», tendo, inclusive, esgotado a capacidade imaginativa do ser humano em matéria de partidarização da coisa pública em regime não ditatorial

Como é possível alguém perceber que um partido que se bateu por uma regionalização que o seu próprio líder considerava a reforma do século — porque, segundo ele, iria permitir uma maior participação democrática das populações na gestão regional — apareça, agora, a dizer que quer essa gestão na mão de um comissário político nomeado pelo «Terreiro do Paço»? Onde está a coerência, onde estão as convicções?

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Sinceramente, não vemos como tal medida possa ser entendida à luz dos normais critérios de racionalidade, já que a contradição é de tal ordem que provavelmente haverá entre os socialistas quem tenha perdido definitivamente a vergonha e esteja embriagado pelo excesso de poder A coisa foi divulgada com tanto descaramento e tão pouca habilidade que nem sequer se pode dizer que se trata de «gato escondido com o rabo de fora» Trata-se, sem margem para dúvida, de «rabo escondido com o gato de fora»

São, afinal, os autopropalados paladinos da regionalização, da descentralização, do respeito pela vontade das populações locais e do diálogo democrático que pretendem avançar com um comissário político-partidário, em lugar de reforçar a democratização dos órgãos que já hoje existem Não haverá, decerto, no meio de tudo isto, espaço para alguém poder encontrar qualquer réstia de boa-fé e de empenhamento do Governo numa verdadeira descentralização da Administração, quando primeiro defendeu a regionalização e, agora, defende o reforço da centralização e da dependência político-partidária

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Sr Presidente, haverá muita coisa para encontrar nas incompreensíveis opções do PS, mas boa-fé e coerência é matéria que só estará ao alcance de um mágico É tarefa que não está ao alcance de um cidadão comum

Mas há, seguramente, uma lógica por detrás desta medida que os socialistas pretendem tomar, pois, ao contrário do que possa parecer, ainda ninguém perdeu o juízo todo O que se pretende é que, a pouco mais de um ano das eleições autárquicas, possam entrar em funções comissários regionais do PS para que, com a adequada partidarização das verbas regionalizadas do III Quadro Comunitário de Apoio, se possa dar um importante empurrão às câmaras «cor-de-rosa»

É em nome desse objectivo eleitoral que o Governo não se importa de se expor ao ridículo perante a opinião pública portuguesa, tal é a contradição entre o que recentemente defendeu e o que agora pretende fazer O Governo está

disponível para pagar esse preço, mal convencido de que ele vale a pena em termos de objectivo eleitoral final

É preciso dizer isto bem alto, para que os portugueses sejam alertados para aquilo que o PS está a preparar.

A tutela da Ministra do Planeamento sobre os gestores dos programas regionais do III Quadro Comunitário de Apoio não basta. Para o PS, nesta matéria, «mais vale prevenir do que remediar», porque será partidariamente mais seguro ter directamente, lá no local, um comissário político com essa função específica

Um comissário que concentre poder e protagonismo para selectivamente promover os candidatos do partido e, assim, dar um importante contributo para as metas eleitorais autárquicas «cor-de-rosa». Metas eleitorais que, aliás, com a queda a pique que o PS está a ter, se calhar já nem com comissários políticos «a coisa lá vai»

#### Vozes do PSD — Muito bem

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Deputado José Junqueiro, provavelmente futuro comissário regional da região centro (espero não lhe ter criado um conflito com o Sr. Deputado José Penedos.).

#### Risos

Tal como dissemos aquando do referendo à regionalização, a opção do Partido Social Democrata é a de uma maior democratização dos órgãos desconcentrados da administração central no quadro da democracia representativa. Ao cabo de 20 anos de experiência, pensamos adequado reforçar acentuadamente o papel dos eleitos locais na gestão e acompanhamento das Comissões de Coordenação Regional. De onde a administração central se possa retirar, é preferencialmente aos municípios que se deve passar o testemunho

#### O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

**O Orador** — Essa maior participação constitui seguramente um acréscimo de descentralização, uma maior aproximação às populações e, acima de tudo, um importante ganho de eficácia em termos de identificação e resolução dos problemas. Quem melhor do que os autarcas conhece os problemas da sua terra?

Na nossa proposta, duas personalidades de reconhecido mérito passarão a ser eleitas vice-presidentes das CCR directamente pelo Conselho Regional, órgão cuja composição mais pretendemos alterar, no sentido de um grande reforço do peso dos eleitos locais. Em vez de apenas ter lugar um representante de cada agrupamento de municípios como hoje acontece, passarão a ter assento todos os presidentes de câmara da área de cada CCR.

Nesse mesmo Conselho Regional deverão também participar forças da denominada sociedade civil, como sejam os representantes do ensino superior, do ensino politécnico, dos núcleos empresariais e das confederações sindicais. Um Conselho Regional que fica, assim, em condições de ser um órgão fundamental em termos de coordenação regional, dado o seu carácter mais alargado e, por isso, mais abrangente.

A par de alterações na composição dos Conselhos Regionais e na forma de eleição dos vice-presidentes,

propomos, também, o alargamento das competências das Comissões de Coordenação Regional. Uma democratização que, em nossa opinião, abre caminho a uma efectiva descentralização

Nesse capítulo, será oportuno destacar a possibilidade reforçada de formulação de propostas no âmbito de todo o PIDDAC, e não só do Ministério do Planeamento. É do conhecimento público que, ao longo dos tempos, o litoral, e muito especialmente a área da Grande Lisboa, têm vindo a ser sistematicamente beneficiados em termos de investimento público. Quanto mais pequeno e mais longe da capital, maior tem sido o esquecimento a que se é votado. Por isso, esta será, certamente, uma medida muito positiva, ao possibilitar que um órgão regional majoritariamente composto por presidentes de câmara possa fazer propostas e acompanhar mais de perto a elaboração do PIDDAC.

#### Vozes do PSD - Muito bem!

**O Orador.** — Se já tivéssemos tomado esta iniciativa há mais tempo, talvez Portugal fosse hoje um País mais equilibrado, mais justo e com melhor qualidade de vida. Só que, tal como diz o nosso povo, «mais vale tarde do que nunca», pelo que se o fizermos agora será, obviamente, melhor do que nunca o fazer.

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Devia ter sido feito há 15 anos!

**O Orador** — O Sr. Deputado José Junqueiro hoje está muito excitado com a matéria!

O Sr Deputado Hasse Ferreira está caladinho, pretende passar mais despecebido

Só falta o Deputado Carlos Zorrinho, que ainda não apareceu.

#### Risos

Participar mais na gestão dos Quadros Comunitários, colaborar com os núcleos empresariais no que diz respeito à captação de investimentos, participar na definição da oferta de formação profissional — atendendo às especificidades regionais —, propor o lançamento de incentivos ao investimento e gerir a avaliação dos seus efeitos ou analisar o impacte regional das políticas nacionais ou comunitárias serão outras competências e atribuições das CCR, que facilmente se entende como adequadas ao serviço que estas devem prestar às suas regiões territoriais.

Sr Presidente e Srs Deputados, embora com bastantes diferenças relativamente ao nosso, o projecto de lei do PCP vai também no sentido da democratização das CCR. Ao contrário do que transparece do escrito na epígrafe do diploma, não se prevê a criação de mais institutos públicos, neste caso os institutos públicos regionais. Aquilo que é proposto é a transformação das Comissões de Coordenação Regional em institutos regionais. Compreendemos que tal tem a ver com a lógica de maior autonomia face ao poder central que o PCP lhes pretende conferir, mas preferimos, apesar disso, a manutenção da actual situação, porque, tal como a população portuguesa, também nós estamos já um pouco traumatizados com o termo. Foram tantos os institutos que este Governo criou para uma melhor e mais

bem remunerada colocação de *boys*, que o termo instituto público está completamente abastardado.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Basta de institutos públicos e basta, acima de tudo, de mais crescimento da despesa pública que fatalmente eles acarretam

Há, no entanto, um ponto que não podemos aceitar na proposta do Partido Comunista. É o facto de, no limite, e embora com muitas restrições, poderem ser criados mais do que cinco institutos regionais ou comissões de coordenação, consoante se venham a chamar. Não só já basta de institutos públicos, como sempre achamos que a actual estruturação em cinco regiões é perfeitamente adequada. Será, contudo, uma matéria que se poderá corrigir no debate na especialidade e à qual, pela voz do Sr. Deputado João Amaral, o PCP já disse que não faz um «finca-pé» absoluto, porque o espírito, e bem, é o das cinco regiões.

Sr Presidente, Srs Deputados. É realmente curioso como, volvidos alguns anos sobre o 25 de Abril — e os mais velhos lembram-se bem do que vou dizer —, o PCP esteja a defender a democratização das CCR e o PS a sua usurpação política por comissários políticos do partido. Longe parecem estar os tempos em que a lógica era precisamente a inversa. Trata-se de uma matéria de interessante análise política, principalmente na óptica das transformações que o excesso de poder pode originar nas pessoas, mesmo quando se trata de gente que, em tempos, lutou pela democracia.

Dito de repente, poderá parecer contra-natura à opinião pública que a nossa proposta encontre mais afinidades no agora defendido pelo PCP do que nas intenções do Partido Socialista. Só que quem mudou não foi o PSD. Verdadeiramente espantoso é que quem hoje está a defender a nomeação de comissários políticos é o Partido Socialista, e, naquilo que nos diz respeito, a nossa linha de rumo é defender ideias e princípios e não alinhamentos políticos. Por isso estamos hoje, como aliás sempre estivemos no passado, na primeira fila do combate contra qualquer medida política do género tutelar, como a que este Governo pretende tomar.

Sr Presidente e Srs Deputados. O debate que hoje aqui travamos é de extrema importância para o modelo de desenvolvimento do País. A escolha que temos de fazer é entre órgãos regionais livres, apartidários e mais controlados pelos eleitos locais ou órgãos regionais amorfos, subordinados a uma lógica partidária e controlados por comissários políticos do governo central.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador**. — Não temos dúvidas de que os resultados em termos do nosso processo de desenvolvimento e de coesão nacional serão bem diferentes consoante o modelo que o País vier a adoptar.

Srs. Deputados, não terão VV Ex<sup>a</sup>s, seguramente, qualquer espécie de dúvida que entre o bem e o mal se deve escolher o bem. Por isso, entre comissários políticos e democratização, mais uma vez, e aliás como sempre, só podemos estar do lado da democratização.

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para defesa da consideração da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis

**O Sr Francisco de Assis (PS)**. — Sr Presidente, Sr. Deputado Rui Rio, lamento ter de defender a honra da minha bancada em relação a uma intervenção feita por V Ex<sup>a</sup>. Mas, estando habituado a ver no Sr. Deputado um homem sério, choca-me mais vê-lo ceder à tentação, como cedeu agora, de usar da demagogia mais infrene, mais primária e mais rasteira que caracterizou a intervenção que acabou de produzir perante esta Câmara!

*Aplausos do PS*

**Protestos do PSD**

Sr Deputado Rui Rio, quando esteve em causa neste país, há dois anos, introduzir uma maior democratização ao nível regional, o País dividiu-se, e prevaleceu uma tese que não favoreceu a nossa proposta. O País dividiu-se entre aqueles que queriam optar pela descentralização, através da criação de instâncias regionais, dotadas da devida legitimidade democrática, e aqueles que não aceitavam essa solução. Estivemos, então, do lado dos queriam a democratização, V Ex<sup>a</sup> esteve exactamente do lado contrário.

*Aplausos do PS*

Não venha agora, com base numa confusão conceptual primária, procurar alterar os dados da realidade.

Perante os resultados desse referendo, ficou claro que era possível e desejável continuar a descentralizar para as autarquias locais, reforçando as atribuições e competências e os recursos financeiros das mesmas, o que, felizmente, tem acontecido com este Governo e com o anterior, o mesmo não acontecendo com os governos que V Ex<sup>a</sup> apoiava.

*Aplausos do PS*

Nessa altura, V Ex<sup>a</sup> não só não estava calado, como até apoava claramente as propostas desse mesmo governo, quando ele, sistematicamente, não cumpría a Lei das Finanças Locais.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Ficou então claro que era possível avançar no sentido da descentralização para esses níveis e que se devia equacionar com rigor a questão da racionalização de toda a administração periférica do Estado.

Há uma confusão que V Ex<sup>a</sup> usa, na base da qual procura iludir algumas pessoas. E a confusão é entre dois conceitos completamente distintos, o conceito de desconcentração e o conceito da descentralização. Basta V. Ex<sup>a</sup> ler o que o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, já há vários anos, tem escrito sobre esse assunto para ficar imediatamente elucidado.

Não é possível falar em descentralização a nível regional pelo simples facto de que não haverá qualquer órgão dotado

de legitimidade democrática a nível regional, porque os portugueses entenderam, respeitavelmente, que assim deveria ser

Nessa perspectiva, a nível regional, o que pode haver é uma reorganização de toda a administração periférica e uma racionalização de toda a administração desconcentrada

**O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!**

**O Orador:** — É isso que este Governo quer fazer e é nesse âmbito que se insere o propósito de criar uma nova figura que não visa aumentar tentacularmente o poder do Governo...

*Risos do PSD*

... visa, isso sim, aumentar a responsabilidade do Governo em relação a toda essa administração periférica do Estado.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador.** — O que o Governo não quer é alienar as suas responsabilidades

**Sr. Deputado Rui Rio.** .

**O Sr Presidente (Narana Coissoró): — Terminou o seu tempo, Sr Deputado Francisco de Assis**

**O Orador:** — Terminei já Sr Presidente

Até por contraste pela forma serena e séria como o Deputado João Amaral introduziu este assunto, lamento profundamente que um Deputado como o senhor tenha cedido, como hoje cedeu, infelizmente, a uma demagogia tão primária!

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio**

**O Sr Rui Rio (PSD): — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco de Assis, estou satisfeito com o que aconteceu, pois pensei que nenhum Deputado do Partido Socialista teria coragem para falar hoje. É um acto de coragem, hoje, num debate desta natureza, um Deputado do Partido Socialista dizer qualquer coisa!**

*Protestos do PS*

**O Sr Deputado Francisco de Assis,** que é um homem corajoso, foi logo o primeiro a falar e constata, pelo seu nervosismo, que houve mesmo o almoço com o Ministro Alberto Martins e que, efectivamente, os senhores se preparam para nomear estes comissários para aquilo a que chamei a «calada do Verão». Ou seja, mal a Assembleia fechar, os senhores avançam, tentando evitar aquilo que todos condenamos, que é a nomeação dos comissários políticos

Mas, Sr. Deputado Francisco de Assis, deixe-me dizer que o que fez foi, efectivamente, uma defesa da honra porque, da tribuna, toquei na honra do PS. Aliás, não poderia ser de outra forma, perante a contradição a que todos estamos a assistir!

A contradição é a seguinte VV Ex<sup>a</sup> defenderam aquilo a que chamaram a reforma do século, a regionalização, a qual, para os senhores — aliás, até vou ser mais concreto, para quem a baptizou como a reforma do século, que foi o Engº António Guterres —, implicava mais descentralização, mais poder ao povo, mais decisão local, mais democracia!

**Vozes do PS — Exactamente!**

**O Orador** — E agora querem nomear comissários políticos do Terreiro do Paço nas regiões, o que significa precisamente menos descentralização, menos poder ao povo, menos decisão local, menos democracia e mais Terreiro do Paço!

*Aplausos do PSD*

**Sr Deputado Francisco de Assis,** se isto não é uma contradição, então já não sei o que quer dizer a palavra «contradição»!

**Vozes do PS — Não sabe, não!**

**O Orador** — Se isto não é falta de coerência, não sei o que o é!

E aquilo que, apesar de tudo, ainda é mais vergonhoso e que todos suspeitamos é que o objectivo do PS é colocar gente a influenciar localmente no sentido de privilegiar as câmaras municipais do Partido Socialista face às próximas eleições autárquicas. Isto é que é pior, Sr Deputado!

*Aplausos do PSD*

Dir-lhe-ei mesmo que há um contraste entre querermos democratizar as CCR, com o nome de instituto ou com outro nome qualquer, e aquilo que os senhores, ou o Governo, pretendem fazer. Permita-me que lhe diga que classifico a nomeação de comissários políticos locais como um acto terceiro-mundista e não como um acto no sentido do desenvolvimento e da democracia ocidental!

Sr Deputado Francisco de Assis, o PSD esteve do lado do «não» à regionalização — esteve! — e agora está exactamente do mesmo lado! O que dissemos na altura é o que dizemos agora! Os senhores é que disseram, na altura, uma coisa e dizem, hoje, exactamente o contrário!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Rui Rio, tem a palavra o Sr Deputado Casimiro Ramos**

**O Sr Casimiro Ramos (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado Rui Rio, V Ex<sup>a</sup> enganou-se desde o princípio até ao final da sua intervenção. É que não só há vários Deputados do Partido Socialista com coragem para lhe fazer perguntas como quero ver com que coragem é que o Sr Deputado vai dar a resposta!

**O Sr José Magalhães (PS). — Exacto!**

**O Orador** — Sr Deputado Rui Rio, começou por dizer que este foi um bom momento. É pena que o momento em que ocorre o debate não tenha sido escolhido por vós, porque entraram neste debate a reboque do PCP, que foi quem teve a iniciativa!

Por isso, quero recordar-lhe que, no dia 6 de Janeiro, esteve neste Plenário o Ministro Alberto Martins para anunciar a criação da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado. Nesse debate, o Deputado António Capucho, interpelando o Sr Ministro, disse-lhe o seguinte: «(...) se é para fazer uma reforma séria da organização territorial do Estado, V Ex<sup>a</sup> conta connosco: (...)».

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Já lá vão seis meses!

**O Orador**: — O Deputado António Capucho tinha razão para esperar pelo trabalho do Governo, porque o Governo está a fazer um trabalho sério

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Está a fazer «zero»!

**O Orador**: — O que o Sr Ministro veio aqui dizer é que, em dois meses, seria apresentado um plano de actividades e, no dia 15 de Março, dois meses depois, por nota de imprensa, foi comunicado que o relatório de actividades da comissão estava pronto

VV Ex.<sup>a</sup>, que seguem todos os jornais, não leram um jornal, mas também não fizeram um requerimento ao Ministério a perguntar em que ponto estão os trabalhos da Missão!

*Aplausos do PS*

*Protestos do PSD*

Mas nós informamos VV Ex.<sup>a</sup>, Sr Deputado!

Nesse artigo de jornal, também consta que, até final de Julho, a Comissão apresentará, no relatório, a base da divisão territorial. E é por isso que surge este momento do debate, ou seja, porque VV Ex<sup>a</sup> se sentem ultrapassados, vêem o Governo a trabalhar e não têm respostas concretas!

O senhor esteve na tribuna durante muito tempo e nem sequer falou do vosso projecto,

*Aplausos do PS*

porque o vosso projecto não só tem insuficiências técnicas como não significa a democratização de absolutamente nada!

VV Ex.<sup>a</sup> querem criar presidentes de conselhos consultivos que já existem e querem revogar artigos que já estão revogados por outras leis! Na verdade, VV Ex<sup>a</sup> são os peritos da demagogia, da inversão dos factos e não conseguem responder!

*Aplausos do PS.*

A minha pergunta é a seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> consegue confessar, perante nós, que o vosso projecto não tinha,

desde o início, «pernas para andar» e que vós próprios não acreditavam que ele contivesse alguma das soluções?

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr Deputado Rui Rio, há mais inscrições para lhe pedir esclarecimentos. Deseja responder já ao Sr Deputado Casimiro Ramos ou responde a todos conjuntamente?

**O Sr. Rui Rio (PSD)**. — Respondo já, Sr. Presidente.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Nesse caso, tem a palavra, Sr Deputado.

**O Sr Rui Rio (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Casimiro Ramos, referi um acto de coragem da parte do Sr Deputado Francisco de Assis Mas poderia também dizer que esse acto teve uma componente de loucura, pois trata-se de um suicídio político e todo o suicídio tem uma vertente de coragem e outra de loucura

Sr Deputado Casimiro Ramos, não quero ofendê-lo, mas talvez tivesse sido melhor não colocar questão alguma. Fez um primeiro ataque dizendo que vamos a reboque do PCP no agendamento. Se o quer dizer desta forma, tudo bem, aceito o ataque! Estamos aqui a discutir o projecto de lei do PCP e também o nosso, só que o deles veio primeiro, pelo que aceito o ataque!

O segundo ataque foi o de que não fizemos um requerimento ao Governo. Está bem! Posso fazer um requerimento amanhã a perguntar como é que está a questão dos comissários regionais, mas já sei que não será respondido ou, se o for, será quando a Assembleia fechar, para fazer o menor «ruído» possível!

*Vozes do PSD* — Muito bem!

**O Orador** — Mas, dado que V Ex<sup>a</sup> falou, tal como o Deputado João Amaral já tinha falado, no Ministro Alberto Martins, aproveito para dizer que considero curioso que aqui só apareça o Ministro Alberto Martins. Então e a Ministra do Planeamento? Os senhores já perceberam o que a nomeação destes comissários regionais pode constituir para a Ministra do Planeamento?

*Protestos do PS*

Sr Deputado Casimiro Ramos, os senhores retiraram o ordenamento do território e a administração autárquica ao Ministério do Ambiente, o que quer dizer que, neste momento, o Ministério do Planeamento é igual à Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional do tempo do PSD. É, pois, um Ministério que tem a dimensão daquela Secretaria de Estado do nosso tempo.

Entretanto, os presidentes das CCR dependem da Ministra do Planeamento mas uma das direcções regionais das CCR depende do Ministro da Administração Interna, o Dr Fernando Gomes, e a outra do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Dr José Sócrates

**O Sr Casimiro Ramos (PS)**. — E o vosso projecto?

**O Orador:** — Explique-me, então, o que é que são os tais comissários regionais e como é que vai encaixar isto aqui! Vai pôr comissários regionais, dependentes do Primeiro-Ministro, por cima da Ministra, aos quais reportam os presidentes das CCR, que, por sua vez, dependem da Ministra do Planeamento? Gostaria que os senhores pensassem no que pode acontecer com a Ministra do Planeamento quando os senhores nomearem os comissários, pois ainda ninguém percebeu bem o que vai fazer a não ser política!

Permita que lhe diga que eu, na posição da Ministra do Planeamento, não aceitaria ficar num Governo em que, sistematicamente, estivessem a esvaziar a minha esfera de competências e a retirar-me poderes!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rio, tenha cuidado com esse entusiasmo, porque, com a modorra que vai na bancada do PS, será, muito em breve, acusado de excessivo frenesim!

*Protestos do Deputado do PS Manuel dos Santos.*

Sr. Deputado Manuel dos Santos, quero felicitá-lo particularmente, pois ainda ontem tivemos oportunidade de o ouvir aqui com tanto entusiasmo. O que verifico, até nesta defesa da honra da sua bancada, e me surpreendeu, uma vez que fiz debates com o Sr. Deputado Francisco de Assis aquando da regionalização e não lhe conhecia este estilo, é que parece que a postura do Sr. Deputado Manuel dos Santos está a fazer escola e a tornar-se dominante nessa bancada.

Feito este aparte, passo às questões que quero colocar ao Sr. Deputado Rui Rio. Obviamente, felicitamos também o Partido Social Democrata por esta iniciativa e dizemos-lhe o mesmo que dissemos em relação ao PCP. Ou seja, pensamos que este é um passo positivo, ainda que não decisivo para esta mudança e esta democratização que são necessárias.

O que é extraordinário para quem entrou em tantos debates, e eu fiz muitos, na altura da regionalização, é que os representantes do Partido Socialista começavam sempre por dizer que as comissões de coordenação regional não são democráticas, ninguém as conhece, ninguém as elege, não envolvem as autarquias. Este era o primeiro argumento.

Sr. Deputado Luís Marques Guedes, fizemos vários debates juntos e sabe que este era sempre o primeiro argumento do lado de lá.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD).** — Exactamente!

**O Orador:** — O que é extraordinário é que quem usou sempre este argumento queira agora nomear comissários regionais do Governo! Isto é que é extraordinário!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que quero perguntar ao Sr. Deputado Rui Rio é só se não lhe parece que, apesar de tudo, era possível ir mais longe no vosso projecto. É que, com ou sem institutos regionais, se calhar, era possível reformular ainda mais e democratizar ainda mais a composição da própria CCR.

Tenho algumas dúvidas técnicas quanto a esta ideia de nomeação ou eleição. Sei que é fórmula normal, na Administração, serem pessoas com a licenciatura adequada e não sei se com este princípio democrático, esta fórmula faz ou não sentido. Não sei se este projecto de lei não poderá contender com outros, que, sei, os Srs. Deputados também vão apresentar, de criação de juntas metropolitanas. É que, às vezes, a melhor administração é como os discursos o mais simples é o melhor, não são forçosamente os discursos mais longos e mais complexos os melhores. Portanto, a certa altura, não sei se não poderemos criar alguma confusão através deste alargamento com as juntas metropolitanas e com as assembleias distritais que ainda existem. Devo dizer até que, um dia destes, recebi um conjunto de funcionários de uma assembleia distrital que não sabe o que é que está lá a fazer – o que é extraordinário –, porque as câmaras não lhes dão dinheiro e eles não têm meios de qualquer espécie para actuar.

Última questão. O que está, efectivamente, a acontecer é a construção do «Estado rosa»: são os institutos públicos, são as nomeações.

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Sr. Deputado, tem de terminar.

**O Orador** — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Há uma única coisa que o «Estado rosa» não pode nomear, que não pode construir, ao contrário dos comissários regionais, que são os órgãos eleitos das autarquias. Quero saber se o Sr. Deputado e o PSD nos acompanham nessa preocupação, porque, senão, a seguir, virá, também, a «onda» monocolor nas autarquias.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

**O Sr. Rui Rio (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, agradeço as suas questões e, fundamentalmente, os seus comentários. Está patente uma grande convergência de pontos de vista.

**O Sr. Casimiro Ramos (PS)** — Convergência?

**O Orador** — Aliás, também há com o PCP. Não há é com o PS, o que é curioso em termos históricos!

Devo dizer que não é verdade que o nosso projecto não seja exequível, tal como o PS diz. É curioso que o PS diz que o nosso projecto não é exequível e que o do PCP é, quando eles são muito parecidos. Por isso, Sr. Deputado Telmo Correia, quero dizer que estamos completamente abertos a sugestões vindas do CDS-PP ou de outra bancada. Mas a democratização tem um limite, ou seja, as coisas têm que funcionar. Temos de democratizar, mas há um limite em que temos de parar, se não, as coisas não

funcionam, tornando-se num pandemónio. Tendo em vista apenas este limite, estamos disponíveis para aceitar e debater qualquer outra sugestão.

Quanto a saber se podemos ir mais longe no nosso projecto de lei, devo dizer que havia uma situação em que podíamos ir muito mais longe, ou seja se o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Dr. João Soares, assumisse o seu lugar de Deputado eleito.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Se o Dr João Soares assumisse o lugar de Deputado, é óbvio que o nosso projecto seria votado e aprovado, porque o Dr João Soares está de acordo quer com o projecto do PCP quer com o nosso e, portanto, conseguiríamos levá-lo muito mais longe.

#### *Protestos do PS*

Poderei fornecer-vos um recorte de jornal e, Sr Presidente, quando acabar de falar, tirarei fotocópias para oferecer ao Partido Socialista.

#### *Protestos do PS*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Não precisa de informar a Mesa sobre esse assunto, Sr Deputado.

O Orador — Agradeço, Sr Presidente.

Acredito que o Partido Socialista não tenha visto a notícia, porque, todos os dias, há tantos a dizerem coisas tão diferentes que perdem o controlo da situação e tem que ser a oposição a fornecer umas fotocópias para estarem mais documentados sobre o que é dito!

Sr Deputado Telmo Correia, com certeza que é de evitar o «Estado rosa», mas permita-me que diga que o Partido Socialista tem o Governo, tem a Assembleia da República, tem as principais autarquias e tem também o Presidente da República, que, nesta matéria, apesar de ser militante do PS, pelo cargo institucional que ocupa, já devia, nesta altura, ter dito qualquer coisa contra o que o Governo pretende fazer, que é precisamente alargar o «Estado rosa»!

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos.

O Sr José Penedos (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Rui Rio, V Ex<sup>a</sup> fez a apresentação de uma figura que não está criada em lei, foi apenas apresentada no programa eleitoral e, por isso, o «espantalho» que V Ex<sup>a</sup> constrói é da sua exclusiva responsabilidade. O «espantalho» que constrói sobre o território e a forma como organiza os poderes daquele é da sua exclusiva responsabilidade.

Mas, como V. Ex<sup>a</sup> me convocou para este debate e eu não me sinto «espantalho», quero perguntar-lhe se, com o recorte institucional que está a propor para a figura dos comissários, V. Ex.<sup>a</sup> encontra alguma utilidade em ser apresentado a esta Assembleia um diploma para apreciação e merecer o apoio dos Deputados da bancada do Partido Socialista.

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio.

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado José Penedos, sou um espectador atento do que se vai passando no Partido Socialista e confesso que me dá ideia de que o Sr Deputado José Junqueiro está melhor colocado, se bem que em tempos tenha sido diferente! É que V. Ex<sup>a</sup> tem tido umas posições — e honra lhe faço — com mais independência, com os pés mais assentes na terra, mas isso pode custar-lhe o lugar de comissário político!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Não sei se posso falar nesta matéria, porque se fosse uma questão exclusivamente partidária não poderia falar, mas, como se trata de uma questão meia partidária, meia nomeada pelo Estado, talvez possa falar! Portanto, não sei bem, mas confesso que entre um e outro dos Srs Deputados não faço escolhas!

Sr Deputado José Penedos, não comprehendi bem a sua pergunta, mas, tendo-me perguntado se eu via alguma utilidade no cargo de comissário da forma como imagino que ele é, depreende-se pelas minhas palavras que vejo toda a utilidade em termos de política partidária, dentro do Estado, mas, em termos de interesse nacional, não vejo qualquer utilidade e considero extraordinariamente negativo e prejudicial para o Estado português. Aliás, já mesmo antes do 25 de Abril, pensava assim! É que, em matéria de democratização, não tenho mudado muito!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral.

O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Rui Rio, a matéria que estamos a discutirmos prende-se com a estrutura intermédia do Estado e com as formas de a aproximar das populações e de encontrar soluções que permitam uma democratização, através de uma fórmula, ou a aproximação às populações, através de outra fórmula.

Creio que a iniciativa que o PSD apresentou, e que o Sr Deputado Rui Rio defendeu, aponta nessa direcção e, nessa medida, creio que valerá a pena, em sede de especialidade, com a colaboração e cooperação do Partido Socialista, fazer uma análise detalhada para ver qual a melhor solução. Continuo a confiar que haja, da parte do Partido Socialista, uma audição suficiente desta questão.

Antes de formular a pergunta, vou fazer duas observações.

A primeira refere-se à acusação de que o PSD iria a reboque do PCP. Devo dizer que fiquei preocupadíssimo com isso. O que pensará o líder do PSD, que não consegue pôr o PSD a reboque dele, acerca de eu conseguir o que ele não consegue? Peço que retirem esta parte do Diário, porque penso que irá criar vários problemas!

#### *Risos do PS*

Quanto à questão de os subsecretários dependerem do Primeiro-Ministro, devo dizer que discordo do Sr Deputado. É que isso a mim não me preocupa, porque, mesmo que eles dependessem do Sr Primeiro-Ministro, ele tem tantos, tantos afazeres que a questão ficava por aí! O problema é que ele vai delegar no Dr Jorge Coelho e, então, vêm as distritais, o «aparelho», a Brisa, a CP, e por aí fora, e, juntamente com os subsecretários, creio que a questão pode complicar-se!

#### Risos do PSD

A minha opinião acerca dos subsecretários é a de que eles são um «grão» menor do Governo e não conseguem atingir o problema.

Portanto, sustento a posição que há pouco referi: essa ideia não resolve qualquer problema; pelo contrário, é uma solução centralista, que não consegue resolver o que os ministros nunca resolveram.

Vou agora fazer uma pergunta acerca do seu projecto de lei, Sr Deputado Rui Rio.

Há uma observação no relatório da Comissão de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente acerca da composição do Conselho Coordenador, que se reporta ao facto de anunciam que ele teria representantes da Universidade e de outras instituições e, depois, isso não estar vertido no projecto de lei.

Por isso, pergunto ao Sr Deputado se existe, da parte do PSD, vontade de que este conselho coordenador tenha um modelo de representação que abranja as instituições económicas, sociais, universitárias, empresariais, sindicais, etc., por forma a poder dar outra vitalidade às CCR.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio.

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado João Amaral, antes de responder à sua pergunta, quero dizer-lhe o seguinte: falou do Ministro Jorge Coelho e eu confesso que não referi isso, mas é o que está no espírito desta Câmara, de todos nós.

Aquilo que referiu em relação ao Ministro Jorge Coelho pode acontecer, mas também estou curioso em saber o que é que vai fazer a Ministra Elisa Ferreira, que, cada dia que passa, tem menos poderes, menos poderes... estão mais esvaziado, mais esvaziado.

#### Vozes do PS — Vai parar!

O Orador — Vai parar? Muito bem! Irá parar, eventualmente, a «Secretaria de Estado da Igualdade» ou a «Ministra da Igualdade 'Linha'» ou a «Ministra da Igualdade 'Duas Linhas'», porque começou por um ministério, que era secretaria de Estado no tempo do nosso governo, e, neste momento, o que é uma coisa fantástica, tutela os presidentes das CCR, presidentes esses que são os principais gestores dos programas operacionais regionalizados, mas agora vai aparecer aqui um comissário e eu ainda não percebi como é que ele se vai encaixar no meio disto tudo. Mas parece que também o Sr Deputado José Penedos ainda não percebeu!

Quanto aos objectivos, todos percebemos, quanto à forma como se consegue é que não percebemos e eu,

como também não sou perito em engendrar formas de atingir esses objectivos, vou ter muita dificuldade em entender.

Quanto à sua pergunta concreta, o que se passa é que há uma gralha na «Exposição de motivos» do nosso projecto de lei e, onde se lê «Conselho Coordenador», deveria ler-se «Conselho Regional». É no Conselho Regional que, naturalmente, queremos colocar toda esta representação.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Bruno Almeida

O Sr Bruno Almeida (PS) — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs Deputados. Estamos aqui, hoje, a apreciar, na generalidade, o projecto de lei apresentado pelo PCP, que pretende a criação de institutos regionais, substituindo as actuais comissões de coordenação regional.

Como ponto prévio à nossa apreciação, gostaria de vincar a disponibilidade permanente do PS para discutir matérias relacionadas com a descentralização e desconcentração dos serviços do Estado e a definição de estratégias claras que visem melhorar a sua articulação e eficácia.

Reiterar também o «conforto» com que o Grupo Parlamentar do PS discute estas questões, pois sempre estivemos na linha da frente daqueles que defendem efectivamente e com coerência a necessidade de prosseguir o caminho da descentralização e desconcentração de poderes, assentes no princípio de subsidiariedade, como meio privilegiado de atingir um desenvolvimento sustentado, indispensável para que se atinja uma verdadeira equidade territorial.

O Sr Casimiro Ramos (PS) — Muito bem!

O Orador — Reafirmo, ainda, que o PS considera, como obviamente é sabido por todos, ser imperioso proceder à introdução de reformas que tragam maior racionalidade, maior transparéncia e maior eficácia a toda a administração periférica do Estado.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs Deputados. Não colocando em causa a bondade dos objectivos que se pretende atingir, o projecto de lei do PCP sofre de duas dificuldades que não podem, nem devem, ser escamoteadas e que concorrem decisivamente para a análise que dele fazemos em primeiro lugar, a inopportunidade temporal da sua apresentação tendo em vista os fins que pretende, em segundo lugar, o projecto apresentado afigura-se-nos pouco razoável e de exequibilidade duvidosa.

Consideramos inopportuna a sua apresentação atendendo à criação da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado, consagrada por resolução do Conselho de Ministros de 6 de Janeiro de 2000.

A Sr<sup>a</sup> Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — Desta forma, o Governo pretendeu, e passo a citar o comunicado do referido Conselho de

Ministros, «definir as grandes linhas estratégicas da reforma democrática do Estado no âmbito da organização territorial potenciando o significativo consenso gerado em torno dos seguintes pontos: prioridade de correcção das assimetrias regionais, com vista a maior equidade no desenvolvimento; necessidade de reforma da administração periférica do Estado, visando a coordenação territorial das políticas públicas, descentralização de competências para as autarquias locais, associações de municípios e áreas metropolitanas, e a articulação entre os vários níveis da administração do Estado, promovendo o envolvimento dos parceiros económicos, sociais e institucionais e tornando mais transparentes as relações entre as actuações públicas e privadas».

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Pretende-se, assim, privilegiar as políticas centradas no território, a racionalização da administração desconcentrada e a concretização dos princípios da subsidiariedade e da descentralização, rompendo com sistemas tradicionais que constituem óbices à competitividade de Portugal num contexto europeu, nomeadamente a tradição de compartimentação sectorial das políticas públicas, a descoordenação resultante da existência de mais de três dezenas de modelos de organização territorial do Estado, a subalternidade da política regional e a excessiva centralização administrativa e financeira».

Relembremos, ainda, que nenhum Deputado de nenhum partido pode refugiar-se no menor desconhecimento deste facto, facto este que não pode ser ultrapassado actualmente nas discussões sobre estas matérias.

Nesse mesmo dia 6 de Janeiro de 2000, o Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública proferiu uma intervenção, na Assembleia da República, onde apresentou a resolução do Conselho de Ministros que criou a referida Missão, escalpelizando sucintamente a anacrónica situação actual, o seu enquadramento e definindo os seus objectivos.

Mais, Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados Nessa mesma intervenção, foi afirmado que a Missão teria dois meses para apresentar o seu programa de actividades, tendo, em declarações públicas prestadas em Março, sido divulgado esse programa e que até ao final de Julho a Missão apresentaria a primeira fase do trabalho, que consiste na definição da base territorial de desconcentração.

É neste contexto que consideramos que a apresentação deste diploma é inoportuna. Não existem vantagens na discussão de uma parte do modelo organizativo da administração do Estado, enquanto a Missão criada pelo Governo estuda a implementação de uma reforma global do mesmo. Como não faz sentido iniciar a construção de uma casa pelo telhado quando se pretende projectar correctamente uma casa grande e demasiado complicada, também não faz qualquer sentido desenhar uma divisão separadamente enquanto se estuda o projecto completo.

Não nos privamos, por tudo isto, de analisar o projecto apresentado, mas também não nos privamos de afirmar que o tempo em que somos colocados perante a necessidade de o fazer é, porventura, o menos adequado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados O projecto de lei apresentado pelo PCP e que está, hoje, aqui para discussão está recheado de um número considerável de incoerências para poder concorrer para a criação de condições de uma reforma da administração territorial do Estado, no sentido da sua democratização, descentralizar, participação e eficácia.

Concentremos então a nossa atenção em algumas dessas falhas.

A participação dos municípios nos órgãos dos institutos a criar, nos termos em que é definida, revela-se inadequada, conflituante e, porventura, lesiva da autonomia dos municípios. E isto porque, por um lado, ao verificar-se um conselho de administração com uma parcela majoritária de origem municipal, coloca-nos perante uma situação absolutamente irrazoável de um organismo dependente do poder central comandado pelo poder local e, por outro lado, a participação de presidentes de câmara nesse conselho de administração coloca-os na dependência hierárquica de um ministro, facto que nos parece no mínimo duvidoso.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador**. — O presente projecto de lei revoga os decretos-leis que definem o enquadramento das CCR e todas as disposições avulsas, facto que torna este projecto de exequibilidade duvidosa, substituindo legislação variada e concreta por um projecto de lei demasiado vago para ser passível de execução. Acresce, ainda, que revoga também o Decreto-Lei n° 332/99, de 20 de Agosto, que instituiu os conselhos económicos e sociais regionais, para o qual, aliás, o PCP requereu recentemente apreciação parlamentar.

Outra falha do projecto de lei prende-se com as atribuições e competências definidas. São demasiadas e demasiado vagas. Ao apresentar atribuições e competências que, passando, obviamente, pelo planeamento do desenvolvimento regional, vão desde o ensino e educação ao património cultural, desde a habitação e emprego aos tempos livres e desporto, colocando algumas políticas de âmbito claramente nacional a depender dos institutos regionais, não deixando de ser surpreendente que a sua tutela seja apenas, apesar do seu carácter transversal, o Ministério do Planeamento.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Por último, a forma como está prevista a possibilidade de se efectuar a redefinição dos limites territoriais das áreas abrangidas pelos institutos, e mesmo a criação de novos estabelecendo apenas como limite a dimensão não inferior à distrital, também não nos parece adequada, podendo gerar alterações a curto prazo. E este facto é muito menos razoável do que poderá parecer, é, aliás, demasiado grave a possibilidade que desde já permite a sua adopção, antes de 2007, coloca em causa os compromissos assumidos por Portugal com a União Europeia, comprometendo a própria execução do III Quadro Comunitário de Apoio.

Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados, concentremos a nossa atenção nos quatro objectivos essenciais que justificam a apresentação pelo PCP do projecto em apreciação.

Primeiro, substituir uma política regional centralizada e não participada por um modelo de gestão desconcentrado, mais participado e menos governamentalizado

Considera o PCP que mais participação e menos governamentalização se consegue colocando o poder local a comandar organismos dependentes do poder central?

Segundo, apostar no desenvolvimento regional baseado na redefinição das áreas de actuação a uma nova escala geográfica

Esquece-se, então, o PCP que o III Quadro Comunitário de Apoio foi desenhado com base nas NUT II, pondo desta forma a sua execução em causa?

Terceiro, contribuir para a coordenação e racionalização das áreas de actuação dos vários serviços desconcentrados da administração central.

Entende o PCP que, existindo mais de três dezenas de modelos de organização territorial do Estado, isso se alcança com um único e vago projecto?

Quarto, compatibilizar a participação dos municípios nos institutos regionais jogando com o binómio do seu poder de decisão e as respectivas funções executivas

E, então, o PCP, defensor permanente da autonomia do poder local, considera que isto se obtém colocando presidentes de câmara num órgão executivo que depende da tutela de um ministro?

É por tudo isto que nós, Grupo Parlamentar do PS, consideramos que os objectivos a que se propõem não poderão ser atingidos. É também por tudo isto que preconizamos outras soluções e outras estratégias

Na nossa óptica, e de acordo com o Programa do Governo, a estratégia da reforma democrática do Estado deve orientar-se no sentido de combinar a visão sectorial com uma melhor coordenação horizontal das políticas públicas, à escala nacional, regional e local

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — Reconhecemos a tradição de compartimentação sectorial das políticas públicas, a descoordenação resultante da existência de múltiplos modelos de organização territorial do Estado, a subalternidade da política regional que deriva do atraso estrutural do País e a excessiva centralização administrativa e financeira. E reconhecemos que se trata de dificuldades à competitividade de Portugal no contexto europeu

Por isso, de acordo com o Programa de Governo, com as Grandes Opções do Plano, com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social e com o Plano de Desenvolvimento Regional e, acima de tudo, com os compromissos que o PS assumiu com os portugueses, o Governo criou, em 6 de Janeiro, a Missão para a Reforma da Organização Territorial do Estado. Estamos certos de que, de acordo com o seu plano de actividades, apresentará soluções que nos conduzam ao caminho que pretendemos.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados Votaremos contra o projecto de lei do PCP, pela sua apresentação temporal inoportuna e porque contraria a estratégia governamental

Em primeiro lugar, por ser contrária à visão que privilegia as políticas centradas no território,

Em segundo lugar, por ser controversa quanto à linha seguida de racionalização da Administração desconcentrada e à concretização do princípio da subsidiariedade,

Em terceiro lugar, por ser contrária à intenção de mudar a tradição portuguesa de compartimentação sectorial das políticas públicas.

Em quarto lugar, por estabelecer relações duvidosas entre o poder central e o poder local,

Por último, a adopção dos denominados institutos regionais colocaria em causa o modelo de gestão delineado e posto em marcha para enquadrar a estratégia sustentada de descentralização e desenvolvimento regional para o período 2000-2006, inscrita no PDR e no PNDES enquanto instrumentos estruturantes do III Quadro Comunitário de Apoio aprovado pela União Europeia

Para terminar, Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados, gostaria de afirmar, mais uma vez, que o Grupo Parlamentar do PS estará sempre disponível para analisar todos os contributos que surjam com receptividade e sem fanatismo

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador**. — Afinal, aquilo que analisamos são apenas processos e instrumentos, mas os fins que procuramos são comuns: o bem-estar de todos os portugueses e o desenvolvimento equilibrado de Portugal

**Aplausos do PS**

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Bruno Almeida, começo por felicitá-lo pela forma tranquila e serena como tentou sair de um momento difícil, o que me parece bem, não tendo cedido à tentação de, perante momentos mais desagradáveis, desatar a «disparar» e, em alguns casos, a insultar as outras bancadas, como, às vezes, tem acontecido

**Protestos do PS**

E fê-lo com grande serenidade, o que desperta toda esta emoção e toda esta claque entusiástica a que agora podemos assistir em relação à sua intervenção

No entanto, a pergunta que lhe quero fazer tem a ver com o seguinte o Sr Deputado, além de algumas considerações retóricas mais ou menos bem feitas sobre descentralização, desconcentração, etc., não nos disse nada de concreto sobre o que está a ser feito ou sobre o que foi feito por este Governo nessa matéria

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Certo!**

**O Orador**: — É que, para além da nomeação dos comissários regionais, não conhecemos rigorosamente mais nada! E ouvimos aqui um argumento seu muito interessante, que é o de que o melhor é não mexer nisto, porque há uma Missão que está a preparar as coisas e essa Missão é que vai resolver todos os problemas. Peço desculpa, tenho todo o respeito pelo Partido Socialista.

como é evidente, mas isto, e não me levem a mal, parece uma coisa própria de outros tempos<sup>1</sup>.. É que, de duas uma ou se nomeiam comissários, que não é a coisa mais própria do espírito democrático que nos une a todos, nesta Câmara, ou se diz que se faz uma comissão para estudar E ao tal dos outros tempos era atribuída a célebre frase de que «não há nada como nomear uma ‘comissãozinha’ para que nada se faça»! Não sei se os senhores não estão a entrar exactamente nessa realidade!

A pergunta que lhe faço é a seguinte. o senhor encontra alguma correspondência entre o seu discurso e a realidade? Encontra? Encontra alguma correspondência entre as suas palavras de descentralização e desconcentração e a realidade?

Por outro lado, não lhe parece que há uma contradição brutal no facto de quem sempre disse que era preciso mais democratização nas CCR, que era preciso uma componente democrática mais forte, que era preciso um nível de representatividade mais forte, ir agora completamente contra propostas que vão nesse sentido? Não há aqui uma contradição da parte do Partido Socialista?<sup>1</sup> Não comprehendo!

É evidente que isto é diferente do que os senhores propunham! Mas reparem, se tivesse ido para a frente o vosso projecto de regionalização, tínhamos órgãos eleitos directamente com estas mesmas funções. E então quem defende o mais não aceita o menos?<sup>1</sup> Deveria aceitar o menos! Se os senhores defendiam mais do que aquilo que é agora proposto, deveriam aceitar o menos! Esta é que é a contradição fundamental que não comprehendo, Sr Deputado!

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Almeida

**O Sr Bruno Almeida (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado Telmo Correia, agradeço as questões que me colocou e os cumprimentos que me dirigiu e quero dizer-lhe que não foi um momento difícil O Partido Socialista, aliás, como disse, sente-se confortável a discutir as questões que se prendem com a descentralização e a desconcentração e desde sempre o fez.

*Aplausos do PS*

Relativamente aos comissários regionais, que não têm esse nome, mas as oposições continuam a designá-los dessa forma, ..

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP)** — Os senhores é que lançaram o nome!

**O Orador** — .. trata-se de um objectivo do Governo de assumir maior responsabilidade na desconcentração de poderes e na gestão do modelo territorial da Administração do Estado.

Relativamente à descentralização, disse que o Governo não tem feito nada e o Governo tem feito muito!

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP)** — Tem feito o quê?

**O Orador** — Agora, recordo-lhe que quando o Partido Socialista chegou ao Governo encontrou um processo que vinha exactamente no sentido contrário, ou seja, no sentido da centralização de poderes e de contrariar essa descentralização e essa desconcentração E a descentralização tem sido feita para as câmaras municipais, aliás, para as únicas entidades para que se pode fazer, que são as autarquias locais

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Quero só referir, mais uma vez, a contradição que o Sr. Deputado apontou entre desconcentração e descentralização, para dizer o seguinte a descentralização só se pode fazer para instituições com legitimidade democrática, como os municípios e até as freguesias, não se pode fazer descentralização para organismos tutelados pela administração central, pois, nesse caso, trata-se de desconcentração

Por último, relevo apenas, uma vez mais, a importância do grupo de missão criado pelo Governo O Governo criou um grupo de missão, estabelecendo-lhe um *timing*, que, como sabe e como já foi aqui dito, não depende só do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, pois, embora ele tenha a sua tutela, trata-se de uma missão interministerial, no sentido de estudar esta matéria durante um ano e apresentar soluções claras para todo o modelo organizativo da Administração Pública O Partido Socialista aguarda serenamente, pois a proposta do grupo de missão é a proposta do Partido Socialista, a sua solução é a nossa solução

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral

**O Sr João Amaral (PCP)**: — Sr Presidente, Sr Deputado Bruno Almeida, em primeiro lugar, quero agradecer a sua intervenção, porque nós, no debate político, não agradecemos apenas àqueles que nos louvam os conteúdos, agradecemos também a crítica, uma vez que o debate faz-se disso

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Aliás, foi este o sentido que quis sinalizar, desde o início, como objectivo para este debate, ou seja, que fosse um debate de conteúdos.

O Sr Deputado é um Deputado jovem! É um jovem Deputado e é um Deputado jovem! E é filho de uma grande figura do mundo das autarquias portuguesas, é filho de um homem muito combativo, que «bate o pé» quando é preciso! E trago aqui este aspecto apenas por uma razão é que esperava de si que também soubesse «bater o pé» mas encontrei, na sua intervenção, um espírito conservador que muito me surpreendeu

O espírito com que apresentou a sua proposta é o seguinte «Não há nada a fazer! O Governo, em 6 de Janeiro, decretou uma Missão e nós estamos tolhidos! Não há hipótese alguma! Os livros dizem que uma coisa é a descentralização

*Protestos do PS*

**Deixem-no ouvir, Srs Deputados!** Ele sabe responder! Ele já é uma pessoa adulta!

#### Risos

Não vou dizer nada a que o Sr. Deputado não possa, serenamente, responder!

Como estava a dizer, o seu espírito é o seguinte. «Não há solução! Os livros dizem que uma coisa é a descentralização e outra é a desconcentração, logo, não tenho alternativa, não sou capaz de criar e inovar!»

Quanto a mim, o seu discurso foi profundamente conservador e — pior! — foi um discurso governamentalizado

Sr Deputado Bruno Almeida, esta Assembleia não sobrevive se usamos ou aceitamos usar, como argumento político, uma resolução do Conselho de Ministros para condicionar a actividade da Assembleia. Não o podemos fazer a nenhum título! Nem da bancada do Governo pode vir esse argumento! O Sr Deputado tem de compreender que a Assembleia é livre de legislar nas matérias da sua competência e que, nesta questão, este é um passo necessário!

O Sr. Deputado apontou muitas contradições! Agradeço a leitura que fez e vou ver, caso a caso, onde tem razão mas, se não a tiver, não a tem! Aliás, em geral, parece-me que não a tem.

No entanto, há uma contradição em que o Sr Deputado se meteu e que também lhe aponto, pois não consigo perceber onde quer chegar. É que, de duas uma ou o Sr Deputado critica o nosso projecto por ele querer incluir, nas comissões de coordenação regional ou no órgão que as substitui, uma maioria de eleitos locais e, portanto, por colocar essas estruturas sob a direcção dos eleitos locais ou, então, critica-nos por colocarmos presidentes de câmara a serem dirigidos pelo Governo. Esta é uma contradição absoluta que não consigo resolver!

**Vozes do PCP.** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Bruno Almeida

**O Sr Bruno Almeida (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado João Amaral, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que, para mim, é uma honra debater consigo e quero agradecer-lhe os cumprimentos e as questões que me colocou

Antes de lhe responder, faço apenas um parêntesis: o Sr Deputado fez questão de referir aqui as minhas ligações familiares...

**O Sr João Amaral (PCP)** — Pela razão que lhe expliquei!

**O Orador** — mas, e não lhe respondo de alguma forma agastado ou aborrecido, o Sr Deputado estará sempre aqui a falar com o Deputado Bruno Almeida, em representação do Grupo Parlamentar do PS

*Aplausos do PS*

Entregarei, com certeza, lá em casa os cumprimentos que o Sr Deputado João Amaral apresentou mas sou eu, unicamente, que estou aqui a falar

Relativamente ao espírito conservador e pessimista, por dizer que o trabalho está a ser feito, dizendo que não acredita, que o meu discurso é governamentalizado, quero dizer-lhe o seguinte. Sr Deputado João Amaral em Setembro e Outubro do ano transacto, participei numa campanha eleitoral, mediante a qual fui eleito Deputado à Assembleia da República, onde apresentei e defendi as mesmas «bandeiras», os mesmos projectos, os mesmos ideais, as mesmas estratégias do Governo que foi eleito. Portanto, é natural que esteja sintonizado com as propostas do Governo que irão ser apresentadas. Isto não significa que, um dia em que o Governo aqui venha apresentar alguma proposta, não possa, porventura, estar em desacordo relativamente a alguma matéria. E se estiver será um facto natural mas mais comprehensível é que esteja de acordo e, portanto, que espere serenamente por uma proposta do Governo e, depois, tente dar o meu contributo para melhoramentos que possam ser feitos.

Por fim, falou na contradição em que caio, já que, por um lado, critico o facto de, no conselho de administração, a componente municipal ser majoritária e, por outro, critico o facto de os presidentes de câmara estarem dependentes do Ministro, razão pela qual teria de escolher entre uma coisa ou outra. No entanto, aquilo que tanto eu como o Partido Socialista defendemos é que não esteja qualquer presidente de câmara num órgão executivo de um

**O Sr João Amaral (PCP)** — Então e se não forem presidentes de câmara, já aceita? É que na proposta do PSD não são presidentes de câmara!

**O Orador** — Aquilo que consideramos, Sr Deputado, é que um órgão executivo como aquele de que estamos a falar não deve ter qualquer presidente de câmara, mas, sim, elementos sugeridos por presidentes de câmara, se bem que também não em maioria.

Como vê, não há qualquer contradição nesta argumentação. Pode não concordar com ela, mas não há nela qualquer contradição.

*Aplausos do PS*

**O Sr João Amaral (PCP)** — Já é um grande avanço!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado Álvaro Amaro

**O Sr Álvaro Amaro (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Confesso que, quando o Sr Deputado João Amaral interveio pela primeira vez nesta Assembleia sobre estes projectos, fui tentado a crer que, neste debate, poderíamos ir ao encontro da sua proposta, ou seja, pensei que todas as bancadas pudesssem, como fez a bancada do CDS-PP, cooperar no debate sério e profundo de uma matéria tão importante para a vida de cada um de nós como é a organização territorial do Estado. Pela nossa parte, isso foi claro, uma vez que somos proponentes de um dos projectos hoje em debate.

Eis senão quando, para minha surpresa, a bancada do Partido Socialista decide usar, com toda a legitimidade, como é óbvio, a figura da defesa da honra pessoal e da consideração da bancada. Não vejo aqui o Sr Deputado José Penedos, que, naturalmente, falou

**O Sr Presidente (Narana Coissoró):** — Mas o Sr Deputado José Penedos não pediu a palavra para defesa da honra pessoal ou da consideração da bancada!

**O Orador** — Claro, mas, na pequena intervenção que fez, falou de espantalhos. Ora, costumo dizer que os espantalhos se utilizam, como sabemos, para afastar os pardais. Como tal, penso que o Sr Deputado afastou, por ele e espero que pela sua bancada, algumas situações que, manifestamente, seriam a contribuição mais insanável do Partido Socialista em matéria de democracia política.

Sr Presidente, Srs Deputados, na verdade, todos nós estamos preocupados com o modo como o Estado português se apresenta aos olhos dos cidadãos para resolver problemas concretos. Lembro, a este propósito, o homem de Arganil que, um dia, por querer construir uma estalagem, teve de obter 18 pareceres da administração central.

No entanto, Sr Deputado João Amaral, devo dizer-lhe que estava aqui a ouvi-lo e a lembrar-me de Setembro de 1998, altura em que a Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente teve de interromper os seus trabalhos por causa daquela história das nove ou das oito regiões, até ao momento em que o Partido Comunista e o Partido Socialista acertaram o passo para referendarmos as oito regiões. Hoje, pessoalmente, fico imensamente satisfeito pelo facto de termos este debate sobre a importância estratégica da resolução dos problemas dos portugueses centrado à volta de cinco espaços regionais. Se esta discussão tivesse sido feita tempos antes, talvez não tivéssemos atravessado alguns dos problemas que atravessámos.

Contudo, já que assim foi, o Partido Socialista acabou por se colocar perante esta situação. Defendiam então os senhores, com legitimidade, a eleição no tal patamar intermédio da Administração. No entanto, o Sr Primeiro-Ministro, quando esta questão dos comissários regionais surgiu no debate do Programa deste Governo, respondeu a vozes que se levantaram nesta bancada mesmo antes da discussão do Programa do Governo e a escritos que surgiram em órgãos de comunicação social, dizendo o seguinte: «Estamos a falar de uma questão de orgânica interna do Governo». Ora, o Governo aprovou a sua lei orgânica interna e, como o Governo aprovou, é essa lei que está em vigor.

Devo fazer um pequeno parêntesis para confessar algo que disse há pouco ao ouvido do meu colega de bancada e amigo, o Sr Deputado Rui Rio. Disse-lhe há pouco que não o acompanho no medo que tem das decisões do Verão. Não o acompanho, porque não imagino que no Verão, independentemente das remodelações que levem à mudança de ministros e de secretários de Estado, o Governo altere a sua lei orgânica, por forma a que, para além de ministros e de secretários de Estado, apareçam mais subsecretários de Estado a comandar. Sabe-se lá o quê! Expliquei-vos por que é que utilizei a expressão «sabe-se lá o quê», Srs Deputados do Partido Socialista. O que sucede é que, se o Partido Socialista dissesse que pretendia acabar com as comissões de coordenação regional, criando ou não institutos, mas criando outros órgãos periféricos da Administração que teriam à sua frente indivíduos que o Governo nomearia e a quem daria o título de subsecretários de Estado, tudo bem. Mas não! O PS diz que as CCR vão

continuar, em teoria com mais competências, que os governadores civis vão continuar com mais competências e que, para além disto tudo, há mais cinco senhores.

**O Sr. Rui Rio (PSD):** — Com mais incompetências!

**O Orador.** — com mais incompetências ou competências — não se sabe quais serão —, para gerir saber-se lá o quê e quem! De modo que, com toda a honestidade mas sem qualquer tipo de humor político, digo que não acredito que haja, de facto, qualquer «festa de Verão», ou seja, não acredito que na calma do Verão possa haver essa alteração.

Sr Deputado Bruno Almeida, é verdade que há resoluções e missões elaboradas e criadas com toda a legitimidade política pelo Governo. No entanto, compreenderá que também há toda a legitimidade política na actuação dos partidos da oposição, nomeadamente na actuação do PSD, que, na ausência das medidas que o Governo e o Partido Socialista deviam ter adoptado depois dos resultados de 1998, foi o primeiro partido a referir-se a estas matérias — e saliento que aqui não há «reboques» de um lado ou de outro. Pergunto, aliás, que medidas tomou o Partido Socialista após o referendo da regionalização?

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — «Zero»!

**O Orador.** — «Zero»! Rigorosamente nenhuma! Ora, a oposição e, neste caso, o PSD apresentam um projecto para dizer que, face ao III Quadro Comunitário de Apoio, é preciso, efectivamente, reforçar os poderes de órgãos regionais periféricos, que têm alguma experiência. Concordo muito, pouco ou nada, sejam eles bons ou maus, a verdade é que esses órgãos existem e o que é preciso é dar-se esse reforço, justamente pelo respeito dos eleitos locais.

Já agora, aproveito para me associar aos cumprimentos apresentados pelo Sr Deputado João Amaral ao seu pai, Sr Deputado Bruno Almeida, pedindo-lhe que os transmita lá em casa.

Como dizia, é fundamental que haja esse respeito pelos eleitos locais, respeito que pode ser comprovado pela transformação da democraticidade das CCR, através do aumento da representação dos próprios eleitos e também dos seus vice-presidentes, como propomos, não deixando o Governo de manter a sua capacidade de nomeação. Mais do que isso ao contrário do que há pouco se disse, o Governo continua a ter a sua competência. Repare que se não concordar com a eleição dos dois vice-presidentes em sede do Conselho Regional, o Governo, pura e simplesmente, diz: «Não quero! Não gosto! Não concordo!». De modo que ninguém tira aqui qualquer competência ao Governo.

Queria, por último, deixar claro o seguinte: por aquilo que aqui ouvimos em relação à importância deste acto em termos de organismos periféricos do Estado, de forma a caminharmos no sentido de acabar com essa imagem do Estado que é a chamada «imagem do espelho partido», torna-se forçoso compreender que o Estado tem, manifestamente, de encontrar outra fórmula mais adequada. Todavia, não podemos estar à espera da reforma global e do resultado das missões sem que possamos fazer seja o que for em

determinados casos e em determinadas situações. Caso contrário, no que diz respeito à gestão do Quadro Comunitário de Apoio que aí está, os prejudicados serão os eleitos locais e, consequentemente, as populações.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não vale a pena escamotear a realidade. O que os senhores querem fazer atrasará toda a regulamentação do Quadro Comunitário de Apoio...

**O Sr. Casimiro Ramos (PS):** — Está enganado!

**O Orador:** — Deixe-me falar!

O que os senhores querem fazer atrasará toda a regulamentação do Quadro Comunitário de Apoio, justamente porque querem tirar aos eleitos locais, na altura da eventual nomeação dos tais comissários, a possibilidade de terem uma participação importante na gestão das verbas desse Quadro Comunitário de Apoio. Para enfrentar isso é que é preciso ter coragem política, ou, melhor, ónus político.

Se viesse a acontecer este temor do meu companheiro e amigo Rui Rio, que eu, honestamente, não acompanho e espero que não aconteça — oxalá seja eu a estar certo e não ele —, ainda assim, restar-nos-ia uma grande esperança.

**A Sr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD):** — O mês de Outubro!

**O Orador:** — É que, por aquilo que ouvimos neste debate, podemos concluir que há manifestamente metade dos portugueses que se revêem nas bancadas do PCP, do CDS-PP, do PSD e do BE,...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Mais de metade!

**O Orador:** — Exactamente! Como diz o Sr. Deputado Luis Marques Guedes, mais de metade ou, se quiser, metade dos portugueses julga que é importante fazer-se isto.

**O Sr. Casimiro Ramos (PS):** — A outra metade já disse que sim!

**O Orador:** — Portanto, se o Governo ousar seguir pelo caminho da nomeação dos comissários regionais, o Sr. Presidente da República tem a obrigação política de dizer ao Governo que está a ir contra aquilo que metade dos eleitores portugueses disseram nesta Assembleia.

Trata-se, pois, de um apelo que já aqui foi feito nesta bancada, e que hoje repetimos, para que, se houver esse devaneio de Verão do Partido Socialista, nós possamos, ainda assim, ter esse garante por parte do Presidente da República de que não deverá haver, porque assim não se desconcentra.

Já agora, ao Sr. Deputado Francisco de Assis devo referir que, quando aqui quis dizer que há diferenças entre desconcentração e descentralização, de facto, há. Mas, como muito bem sabe, também em matéria de descentralização, é possível a qualquer governo devolver poder a quem quer que seja, e não delegar, devolver poder, repito, como muito bem dizem os autores, sem ser a

entidades políticas, porque a devolução de poder dá-se por lei e não pela arbitrariedade de qualquer ministro ou de qualquer secretário de Estado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É através da devolução de poderes, por lei, e não da delegação de poderes, aos eleitos locais ou aos órgãos desconcentrados da Administração que nós lutaremos, a bem das populações.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

**O Sr. José Miguel Medeiros (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados, antes de dar início à minha intervenção, propriamente dita, gostaria de, através de um pequeno apontamento, transmitir aqui uma sensação que este debate me deixou, que é a seguinte: o PSD não só foi a reboque do PCP neste debate como ainda foi preguiçoso, porque não fez o trabalho...

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Como de costume!

**O Orador:** — ... e aproveitou o trabalho do PCP para fazer uma demonstração e uma profissão de fé num regionalismo e numa descentralização que nunca praticou, enquanto foi poder.

Por outro lado,...

*Protestos do PSD*

Eu ouvi-os com atenção, Srs. Deputados!

**Vozes do PSD:** — Está a delirar!

**O Orador:** — Eu aguardo que se exprimam. Se o Sr Presidente autorizar, por mim, não há qualquer problema.

Dizia eu que o PSD desviou o debate para o tal espantalho, o tal fantasma dos comissários regionais, certamente não tanto pelo receio — porque intimamente sabem que isso não acontecerá — de manipulação partidária do aparelho de Estado mas, sim, pela eficácia que tal poderá trazer à administração do Estado. Esse é que é o problema de que os senhores têm receio!

*Aplausos do PS*

Como não foram capazes em 10 anos, estão aflitos agora. Bom, mas centremo-nos no vosso projecto

O projecto de lei n.º 89/VIII apresentado pelo PSD, que hoje aqui estamos a debater — nós Partido Socialista, porque da parte do PSD não ouvimos o que quer que fosse sobre este projecto —, também designado por projecto para a democratização das comissões de coordenação regional, levanta desde logo e à partida várias questões que importa analisar com atenção e rigor

Em primeiro lugar, e atento o *timing* da sua apresentação, constitui uma proposta extemporânea, uma vez que surge no momento imediatamente posterior à

criação e entrada em funcionamento da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado, criado, como já aqui foi dito, por resolução do Conselho de Ministros de 6 de Janeiro e apresentado nesta Câmara pelo Sr Ministro da Reforma do Estado, o qual visa, entre outros objectivos e no respeito pelos princípios da subsidiariedade e da descentralização (que os senhores nunca praticaram), reestruturar toda a administração periférica do Estado por forma a garantir a coordenação territorial das políticas públicas e a aproximação da administração aos cidadãos e às organizações emanadas da chamada sociedade civil

Com efeito, trata-se de um processo profundamente reformador que está a envolver representantes de todos os ministérios, tendo em vista a coordenação e articulação das mais de três dezenas de modelos da organização territorial do Estado actualmente existentes, que constituem uma pesada herança do centralismo que desde sempre tem marcado a Administração Pública portuguesa

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados Neste contexto, o projecto do PSD, independentemente das boas intenções que possam estar na sua génese, é também uma proposta avulsa e, por isso, inconsequente e ineficaz.

De facto, a operação cosmética que se propõe produzir nas comissões de coordenação regional, para além de nada comportar de essencial ao nível da base territorial de desconcentração da Administração e de não estar associada a qualquer tipo de descentralização de competências da administração local (autarquias locais, associações de municípios ou mesmo áreas metropolitanas), corre o risco evidente de instalar a confusão entre os diferentes níveis da administração, designadamente entre a administração desconcentrada do Estado e a administração local, pondo em causa, inclusive, as respectivas autonomias constitucionalmente consagradas

Por outro lado, aquilo a que VV. Ex<sup>as</sup> chamam «democratização» das comissões de coordenação regional, designadamente através da alteração da composição do conselho regional e dos mecanismos de designação das suas direcções que, na prática, passam a ser eleitas por todos os presidentes de câmaras municipais que integram a área da comissão, a única coisa que realmente conseguem é instalar a total confusão e a maior promiscuidade entre um organismo desconcentrado do Estado, que tem por missão apoiar as autarquias prestando-lhes serviços de apoio técnico e de gestão dos fundos comunitários que lhes são destinados e os destinatários desses mesmos serviços e apoios que são as câmaras municipais

Ou seja, e utilizando uma imagem, seria a mesma coisa que pôr os contribuintes a eleger os directores da repartição de finanças do seu bairro fiscal!

Acresce, ainda, que o presente projecto de lei corre o risco de poder ser interpretado como um processo de regionalização feito à socapa, uma espécie de «gato escondido com o rabo de fora», ao arrepio daquela que foi a vontade expressa do povo português aquando do referendo de Outubro de 1998, pois, sem alterar o estatuto consultivo do conselho regional, conferem-lhe poderes electivos dos órgãos executivos das CCR Aliás, quase que pretendem transformá-los numa câmara corporativa, também vos digo.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Muito bem!

**O Orador:** — Será que a má consciência do PSD relativamente à atitude que adoptou nesse processo, apelando à sua rejeição, o leva agora a assumir uma lógica verdadeiramente vertiginosa de apresentação de projectos de lei que vão desde a criação de áreas metropolitanas virtuais até à transformação das comissões de coordenação regional em órgãos do poder local, passando pela pseudodistritalização de serviços que ele próprio retirou aos distritos, ainda por cima de uma forma perfeitamente avulsa e sem qualquer ponderação das consequências de uma tal atitude?

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados O Partido Socialista e o Governo estão plenamente conscientes da necessidade de proceder a uma profunda reforma da Administração Pública, nos seus diversos níveis e sectores, tornando-a mais democrática e eficaz

Aliás, o Programa do XIV Governo Constitucional é muito claro quando prevê expressamente a democratização e o reforço da eficácia da Administração Pública, nomeadamente através de uma articulação racional nos seus vários níveis, e de uma coordenação efectiva dos serviços desconcentrados, acompanhada da respectiva reorganização territorial, que, em muitos casos, é verdadeiramente indispensável.

O Partido Socialista continua fiel ao espírito da regionalização e quando o tema tornar a integrar a agenda política não deixará de se bater pela sua concretização, por considerar ser essa uma reforma estrutural que o País um dia compreenderá ser necessário empreender

Jamais aceitaremos, no entanto, que, através de expedientes mais ou menos sofisticados ou subtils, tentem promover uma reforma desta natureza por esta via

Ainda por cima, promovendo a maior confusão entre mecanismos de desconcentração da administração central e processos de descentralização que implicam transferências de competências e meios entre os diferentes níveis da administração do País

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Valerá, no entanto, a pena equacionarmos o presente projecto numa outra perspectiva, a da gestão do III Quadro Comunitário de Apoio

Como todos sabemos, não tendo vingado o processo de regionalização, todas as negociações do conducentes à aprovação do III QCA foram desenvolvidas e concretizadas com base no actual quadro de desconcentração territorial das comissões de coordenação regional, também designadas por NUT II, e tendo em conta as competências que lhes estão cometidas

É, pois, sabido que qualquer alteração destes pressupostos antes de 2006, que é o ano terminal da sua vigência, teria implicações de todos conhecidas, designadamente pondo em causa tudo aquilo que foi obtido nesta negociação, situação que nos parece suficientemente importante, para que adoptemos uma atitude prudente e responsável

Por outro lado, é bom não esquecer que as comissões de coordenação regional possuem, através das direcções regionais nelas integradas, competências próprias do Governo ao nível do ordenamento e planeamento do território, da execução de cartografia e cadastro, das finanças locais, das operações integradas de desenvolvimento regional, da estrutura e reabilitação urbanas, etc., etc

Assim sendo, a eventual alteração do modelo de designação da direcção das comissões nos moldes em que é proposta no projecto de lei do PSD geraria, inevitavelmente, um conflito de interesses insanável entre o decisivo e o destinatário da decisão, seja pelas legitimidades diferentes que possuem, seja pelos interesses nem sempre convergentes entre a óptica regional e a óptica local.

E os exemplos podem ser vários. Desde logo, a elaboração e gestão dos planos regionais de ordenamento do território, dos planos directores municipais e dos planos de urbanização, passando pela tutela inspectiva ou, ainda, pelo controlo e avaliação da aplicação dos fundos comunitários.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados. Ainda no que respeita ao articulado do presente projecto de lei, verifica-se que a concepção foi, no mínimo, pouco cuidada.

Senão vejamos: VV. Ex.<sup>as</sup> propõem a revogação de um conjunto de artigos do Decreto-Lei n.º 494/79, de 21 de Dezembro, sendo que, curiosamente, alguns deles haviam já sido alterados na sua redacção, por legislação posterior (aliás, como já foi referido hoje) e pela lei orgânica das comissões de coordenação regional.

Vê-se logo que o Sr. Deputado Álvaro Amaro não participou neste projecto de lei, porque não teria permitido que isto sucedesse, dado que ele próprio foi já um alto quadro da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Encontram-se neste caso os artigos 9.º e 10.º, relativos aos conselhos coordenador e consultivo, este último alterado pela lei orgânica, passando a designar-se conselho da região.

Diz-me-ão VV. Ex.<sup>as</sup> que se trata de questões de pormenor. Pois bem, sejam elas de pormenor. Não deixam, no entanto, de ser elucidativas dos níveis de rigor que VV. Ex.<sup>as</sup> têm vindo a colocar nos projectos que têm apresentado, especialmente neste domínio da organização da administração do território.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados. Regressando à substância e recentrando o debate naquilo que nos parece essencial e politicamente relevante, o que está em causa hoje e aqui é o confronto de duas visões distintas sobre uma reforma que tem tanto de imprescindível como de urgente.

Com efeito, de um lado, estão aqueles que entendem que um processo desta dimensão e alcance deve ser conduzido de forma avulsa, intermitente e desgarrada, do outro, estão aqueles que, como o Partido Socialista e o Governo, têm o entendimento que um processo desta natureza e com as responsabilidades que envolve só poderá ser conduzido com êxito se resultar de um trabalho profundo, coordenado e que trate o problema da Administração Pública como um todo, combinando as componentes sectoriais de coordenação horizontal das políticas públicas e de reorganização territorial nas escalas nacional, regional e local.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador.** — Ora, é esta última visão que está contida no Programa do Governo, que está a ser concretizada através do grupo de missão criado pela resolução do Conselho de Ministros, cujo programa de trabalhos foi

apresentado publicamente nos prazos previstos e que, segundo informações vindas a público, emanadas do gabinete do Ministério da tutela, se prepara para apresentar a definição da base territorial de suporte à desconcentração, que deverá ocorrer em Julho deste ano.

Termino, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados, fazendo um apelo a todos os partidos da oposição, mas em particular ao PSD: fiscalizem a acção do Governo, interroguem o grupo de missão, se necessário, chamando os seus responsáveis à respectiva comissão, apresentem propostas alternativas que, legitimamente, possam entender como mais vantajosas para o País, mas, em nome desse mesmo interesse do País, abandonem essa atitude demagógica, que consiste em apresentar propostas avulsas, desarticuladas, só porque as mesmas podem, aparentemente, resultar na capitalização, de curto prazo, junto de alguma opinião pública menos atenta ou menos informada sobre a matéria.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — É que, a persistirem nessa atitude, VV. Ex.<sup>as</sup> correm o risco de se transformarem nos melhores aliados objectivos do centralismo e dos interesses corporativos há muito instalados nos diversos patamares da Administração, que dizem querer combater.

**Aplausos do PS**

**O Sr João Amaral (PCP)** — Sr Presidente, peço a palavra para uma intervenção, para concluir o debate.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró).** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr João Amaral (PCP)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Para concluir, quero apenas dizer que, do nosso ponto de vista, este debate, como aqui foi demonstrado, foi absolutamente necessário e oportuno. Foi necessário, porque a estrutura intermédia do Estado é desconfortável para as autarquias locais, que não a aceitam nos termos em que está, e inadequada ao exercício das funções do Estado em termos de responder às necessidades das populações, portanto, precisa de ser reformada. E não há tempo a perder.

Evidentemente que todas as reformas deste tipo têm que ser ponderadas na sua execução, mas não podem ficar à espera do mundo ideal, têm que feitas na medida da necessidade concreta que as chama neste momento.

Creio que este sentido de ser um debate oportuno e necessário só teve da parte do Partido Socialista uma resposta: a de que havia uma decisão do Governo, que criou uma missão que está a estudar o assunto. Porque, verdadeiramente, todas as questões levantadas pelo Partido Socialista, se as atendêssemos pelo seu conteúdo, eram discutíveis em sede de especialidade, todas elas eram resolvíveis em sede de especialidade, e, portanto, não há qualquer razão de fundo que impeça que o Partido Socialista não dê o seu voto favorável, por forma a que estes projectos de lei possam baixar à especialidade. Se não o faz, é por puras razões de estratégia governamental, que são razões de lógica de poder. Não é essa a boa razão

e a boa gestão de um problema como este, na nossa opinião!

Sei que, apesar de tudo, dentro do alcance limitado que teve a preparação deste debate, ele já provocou um almoço. E sei que o almoço, afinal — e, a este propósito, tenho graves críticas a fazer à comunicação social, aliás, de vez em quando, é bom fazer umas críticas à comunicação social —, não foi só com o Dr Alberto Martins e o Sr Deputado Francisco de Assis Nele estiveram também a Drª Elisa Ferreira, os nossos colegas Manuel dos Santos,

**O Sr Manuel dos Santos (PS) — Exactamente!**

**O Orador** — . José Junqueiro, Bruno Almeida, e não quero nomear todos os outros Srs Deputados, porque, com certeza, também lá estiveram!

Esse almoço é o sinal de que, pelo menos, havia alguma aflição, havia algum aperto, alguma «fome» e que foi preciso comer para ver se se adiantava a solução!

*Risos do PCP.*

Mas também já sei, porque já me foi contado, que a «digestão» desse almoço foi muito complicada!

**O Sr Manuel dos Santos (PS) — Olhe que não!**

**O Orador** — Peço aos Srs. Deputados do Partido Socialista que encarem a iniciativa que aqui tomámos e o debate que aqui suscitámos como uma contribuição para a solução de um problema real que existe na estrutura da sociedade portuguesa, na estrutura da Administração portuguesa

Seja qual for o vosso sentido de voto, nós não desistiremos de continuar a trabalhar para que exista uma efectiva reforma da administração intermédia do Estado, porque entendemos que essa reforma é necessária para defender os interesses do povo português, os interesses do País, e para uma maior capacidade de intervenção do mundo do poder local, que é um mundo legítimo e com capacidade para interpretar os sentimentos das populações portuguesas

*Aplausos do PCP.*

**O Sr José Junqueiro (PS). — Sr Presidente, peço também a palavra para uma intervenção**

**O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Tem a palavra, Sr Deputado**

**O Sr José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs Deputados:** Este debate que hoje aqui se realizou revela alguns dados que são de incontornável importância.

Em primeiro lugar, há um contributo, que reputamos sério, feito pelo PCP, embora com objectivos perfeitamente claros, dos quais discordamos. E há também, nesta matéria, o repescar de um projecto de lei, perfeitamente ultrapassado, por parte do PSD, que, como disse o meu colega de bancada — e bem! —, para além de vir a reboque, transformou-se num partido preguiçoso, porque nem sequer conseguiu fazer a revisão de coisas que já estão perfeitamente inconsequentes na lei

Mas há ainda duas ou três coisas essenciais

Em primeiro lugar, o Governo criou um grupo de missão e estabeleceu um calendário, tem cumprido prazos e esses prazos levar-nos-ão, com certeza, a cumprir também com o objectivo essencial, que é o da reforma do Estado

Este calendário exige por parte de todos aqueles que estão empenhados nesta transformação profundíssima uma visão global do País, que está ausente quer do projecto de lei do PCP, quer do projecto, já ultrapassado, do PSD. E, se não tivermos, de facto, essa visão global dos serviços periféricos do Estado, do modo de articulação, das capacidades de decisão, transformaremos tudo isto numa grande monstruosidade, num excesso de burocracia, que vai exactamente ao contrário daquilo que todos nós queremos combater

Há, portanto, patamares de complexidade perfeitamente assumidos e discordamos deste projecto de lei também por esta razão

Também discordamos do projecto de lei, porque ele tem como um dos objectivos essenciais subtrair ao Governo, a este ou a qualquer outro, as responsabilidades que, legitimamente, herdou pelo voto popular e que estão comprometidas no Programa do Governo. O Governo estaria a assumir responsabilidades no final da Legislatura e, ao fim e ao cabo, o planeamento, a execução e o exercício concreto do poder a ser feito por terceiros, que não concorreram para essa legitimação eleitoral. E nós não queremos que, em democracia, existam situações que não sejam de grande transparência e de grande legitimidade

Por outro lado, a criação de novos institutos não corresponde isoladamente a qualquer solução global da reforma do Estado. E a criação avulsa, que este projecto de lei comporta, de múltiplos institutos que podiam ser criados, de delegações múltiplas nos distritos e até em concelhos, concorreria para aquilo a que a oposição, de uma forma clara, tem vindo a criticar, que é o tal despesismo do Estado

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Isso já foi esclarecido!**

**O Orador** — Interessa, portanto, dizer, de uma forma concreta, que estamos a levar por diante esta reforma, reflectidamente, cuidadosamente e com eficácia, combatendo burocracia, eliminando recursos e fazendo convergir sinergias num momento e num objectivo comum

Gostaria, portanto, para terminar, de realçar esta pressa, agora. Depois de todos terem concordado com o calendário e com a reforma e de terem elogiado esse trabalho do Governo, esta pressa é apenas para colher dividendos políticos. Isso não nos move. Move-nos o sentido de Estado, como aqui ficou comprovado, mas nunca nos moverá o tipo de discurso que aqui foi proferido pelo Sr Deputado Rui Rio, tocando até na honorabilidade das pessoas e querendo projectar no Partido Socialista aquilo que foi o PSD durante tantos e tantos anos, ou seja, um partido clientelar, de negociatas, de compadriões e de completa falta de transparéncia.

*Aplausos do PS*

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Sr. Deputado Rui Rio, nós não somos como os senhores e por isso é que ganhámos uma vez as eleições e voltámos a ganhá-las uma segunda vez!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró).** — Srs. Deputados, declaro encerrada a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 172 e 89/VIII e passamos, de imediato, ao período de votações.

Vamos votar, em primeiro lugar, na generalidade, o projecto de lei n.º 191/VIII — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado (PSD)

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes e a abstenção do BE*

Passamos à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 211/VIII — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado (CDS-PP)

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes e abstenções do PS e do BE.*

Este projecto de lei baixa à 5.ª Comissão.

Srs. Deputados, vamos votar agora, também na generalidade, o projecto de lei n.º 140/VIII — Alteração à Lei da Nacionalidade (PSD)

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do CDS-PP e do BE e abstenções do PCP e de Os Verdes.*

Vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 157/VIII — Garante a gratuitidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória (PCP)

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE e a abstenção do PSD.*

Srs. Deputados, vamos passar agora à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 27/VIII — Altera a composição e competências da Comissão Nacional de Eleições, revogando a Lei n.º 71/78, de 27 de Dezembro

*Submetida à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS*

Srs. Deputados, dada a situação de empate, tem de haver uma segunda votação

Vamos, então, proceder à segunda votação da proposta de lei n.º 27/VIII.

*Submetida à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS*

Srs. Deputados, tendo-se registado novo empate, ao abrigo do artigo 107.º do Regimento, a proposta de lei foi rejeitada

Vamos agora proceder à votação final global do texto resultante da votação na especialidade relativo à proposta de lei n.º 29/VIII — Suspende a eficácia do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

Vamos votar agora o projecto de resolução n.º 58/VIII — A Escola e a Assembleia (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE)

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

Srs. Deputados, vamos agora passar aos dois projectos de lei cuja discussão foi realizada hoje.

Começamos por votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 172/VIII — Criação de institutos regionais (PCP).

*Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS*

Srs. Deputados, dada a situação de empate, tem de haver uma segunda votação

Vamos, então, proceder à segunda votação do projecto de lei n.º 172/VIII

*Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS.*

Srs. Deputados, tendo-se registado novo empate, ao abrigo do artigo 107.º do Regimento, o projecto de lei foi rejeitado.

Vamos votar agora, na generalidade, o projecto de lei n.º 89/VIII — Democratização das comissões de coordenação regional (PSD).

*Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS.*

Srs. Deputados, dada a situação de empate, tem de haver uma segunda votação.

Vamos, então, proceder à segunda votação do projecto de lei n.º 89/VIII.

*Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS.*

Srs. Deputados, tendo-se registado novo empate, ao abrigo do artigo 107.º do Regimento, o projecto de lei foi rejeitado

Temos ainda que votar diversos pareceres da Comissão de Ética.

Para proceder à respectiva leitura, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Penafiel, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Agostinho Gonçalves (PS) a prestar depoimento, como testemunha, no âmbito dos autos em referência, em audiência marcada para o próximo dia 14 de Junho de 2000, pelas 13 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, está em discussão.

Não havendo inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal de Família e de Menores e da Comarca de Cascais, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Álvaro Barreto (PSD) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, está em discussão.

Não havendo inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Fafe, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Luís Marques Mendes (PSD) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, está à discussão.

Não havendo inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, estão terminados os trabalhos de hoje. A próxima sessão realizar-se-á, amanhã, às 10 horas, constando da ordem do dia a apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna relativo ao ano de 1999 e a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 82/VIII — Altera a Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro — Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais —, por forma a consagrar na organização judiciária os julgados de paz (PCP) e 83/VIII — Julgados de paz — organização, competência e funcionamento (PCP).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 20 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

Eduardo Ribeiro Pereira  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
Carlos José das Neves Martins  
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
Lucilia Maria Samoreno Ferra  
Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
Maria Odete dos Santos

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
António Bento da Silva Galamba  
António de Almeida Santos  
António Fernando Marques Ribeiro Reis  
Cláudio Ramos Monteiro  
João Pedro da Silva Correia  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Vítor Manuel Caio Roque

Partido Social Democrata (PSD):

Henrique José Monteiro Chaves  
João Bosco Soares Mota Amaral  
José António de Sousa e Silva  
José Manuel de Matos Correia  
José Manuel Durão Barroso  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
Pedro Manuel Cruz Roseta  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva





Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 360\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa